

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

KEVIN PINHEIRO HERRMANN

DÍVIDA PÚBLICA E A INADIMPLÊNCIA DURANTE O REINADO
DE FELIPE II DA ESPANHA (1556-1598)

CAMPINAS

2020

KEVIN PINHEIRO HERRMANN

DÍVIDA PÚBLICA E A INADIMPLÊNCIA DURANTE O REINADO
DE FELIPE II DA ESPANHA (1556-1598)

Monografia apresentada, sob a orientação do
Prof. Dr. Nelson Mendes Cantarino, ao Instituto
de Economia da Universidade Estadual de
Campinas como parte dos requisitos exigidos
para a obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas.

CAMPINAS

2020

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Luana Araujo de Lima - CRB 8/9706

H436d Herrmann, Kevin Pinheiro, 1995-
Dívida pública e a inadimplência durante o reinado de Felipe II da Espanha (1556-1598) / Kevin Pinheiro Herrmann. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Nelson Mendes Cantarino.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Filipe II, Rei da Espanha, 1527-1598. 2. Monarquia - Espanha - Séc. XVI. 3. Dívida pública. 4. Impostos. 5. Instituições financeiras. 6. Espanha. I. Cantarino, Nelson Mendes, 1977-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Título em outro idioma: Public debt and default during the reign of Philip II of Spain (1556-1598)

Palavras-chave em inglês:

Philip II, King of Spain, 1527-1598

Monarchy - Spain - Séc. XVI

Debts public

Taxation

Financial institutions

Spain

Titulação: Bacharel em Ciências Econômicas

Banca examinadora:

Mauricio Chalfin Coutinho

Data de entrega do trabalho definitivo: 07-01-2021

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, devo agradecer ao Prof. Dr. Nelson Mendes Cantarino por fomentar minha paixão por história novamente, por ter sido meu tutor e guia na realização deste trabalho. Obrigado por ter me proporcionado crescimento humano e profissional muito relevantes, que refletirão no decorrer de minha vida, bem como, por ter acreditado no meu potencial e ministrado aulas inesquecíveis de economia antiga.

Além disso, agradeço a todos professores do Instituto de Economia que contribuíram diretamente com a minha formação, e também, a todo corpo docente da Unicamp que contribui diretamente para o desenvolvimento da nossa nação.

Agradeço aos meus amigos: Matheus Silveira Xavier Teixeira, Vinícius Fagundes Azevedo, Erick Rodrigues Teixeira, Joao Marcos Marques Monteiro, Rogério Luís Hirata, Heitor Domingos Bin e Pedro Ivo Coelho que conviveram comigo durante essa jornada, me ajudaram, ouviram minhas angústias e tiveram bons momentos de risadas comigo. Embora seguiremos caminhos distintos, porém acredito que, esse momento ficará marcado para sempre em nossas vidas, pois tivemos um papel importante na vida de um do outro.

Eu também devo agradecimentos especiais ao meu primo: Klaus J. L. Herrmann e ao autor Keno Don Rosa por incentivar criativamente ao meu tema inicial de monografia; aos meus amigos e companheiros de longa duração de vida: Vitor Hosokawa Malaman Moreno e Jean Marcos da Silva. E, por fim, ao meu colega de trabalho Guilherme Ciola da Silva, pessoa que contribuiu com meu desenvolvimento profissional, acreditando no meu potencial.

Por último, mas não menos importante, agradeço aos meus genitores: Vanda Aparecida Duarte Pinheiro e Karl Friedrich Cerqueira Herrmann por motivos óbvios. Todo seu apoio, financeiro e emocional, e por me incentivar a estudar e sempre procurar cultura maior. E, por fim, um carinho especial pelo Bruno Hans Hermann Michael.

RESUMO

Esta monografia tem o objetivo de explicar o funcionamento das dívidas públicas durante o surgimento das primeiras Nações na Idade Moderna, com a perspectiva e o recorte temporal do reinado de Felipe II da Espanha. A abordagem feita será muitas vezes em relação à racionalidade dos agentes envolvidos. Na perspectiva dos banqueiros, que emprestavam ao soberano mais poderoso da Europa naquele período, mas que, no entanto, tem um histórico de inadimplências, tiveram que desenvolver inovações financeiras para se protegerem dos riscos frente a um devedor que quase chega ter a mesma “identidade do Estado”. Na visão do soberano, ao guerrear em várias frentes, havia a necessidade frequente de adquirir empréstimos e serviços dos banqueiros para manter seus exércitos. Em suma, o trabalho fará a descrição minuciosa das características Felipe e quais eram seus conflitos para que se tenha compreensão das estratégias do soberano frente às dificuldades de seu longo reinado. O trabalho passará também pelo Estado descentralizado espanhol que Felipe governava e suas dificuldades de se adquirir recursos frente às legislações próprias de cada província. E por fim, passará em uma visão econômica frente aos conflitos passados pelo monarca e pelas inovações financeiras presentes em sua época.

Palavras Chaves: Felipe II; Espanha; século XVI; monarquia descentralizada; dívida pública; tributação; instituições; racionalidade.

ABSTRACT

This monograph aims to explain the functioning of public debts during the emergence of the one of the first Nations in the Modern Age, with the perspective and time frame of the reign of Philip II of Spain. The approach taken will often be in relation to the rationality of the involved agents. The bankers's perspective, who lend to Europe's most powerful sovereign in the period, but who, nevertheless, has a history of defaults, had to develop financial innovations to protect themselves from risks head on of a debtor who almost has the same "identity of State". In the sovereign's view, when fighting on several fronts, there was a frequent need to acquire loans and services from bankers to maintain his armies. Therefore, this work will follow a line of agreement of who Philip was and what his conflicts were in order to understand the sovereign's strategies head on of the difficulties of his long reign. The monograph will also go through the Spanish decentralized state that Philip governed and its difficulties in acquiring resources under the laws specific to each province. And finally, it will pass on an economic vision head on of the conflicts confronted by the monarch and the financial innovations present in this time.

Keywords: Philip II; Spain; XVI century; decentralized monarchy; public debt; taxation; institutions; rationality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO 1 – A HISTÓRIA POR DETRÁS DE FELIPE E SEU LONGO REINADO	7
1.1. Uma breve visão sobre Felipe II.	7
1.2.1. Os Reis Católicos.	11
1.2.2. Bella gerant alii, tu felix Austria nube.	12
1.2.3.1. Felipe II chega ao poder.	14
1.2.3.2. Felipe e seu casamento com a rainha da Inglaterra.	14
1.3. O mais poderoso monarca da cristandade.	18
1.4. Guerras sem fim.	19
1.4.1. Guerras sem fim: caso holandês.	19
1.4.2. Guerras sem fim: caso inglês.	24
CAPÍTULO 2 - CARACTERÍSTICAS MONARQUICAS DO “REINO UNIDO DA ESPANHA” E DOS DOMÍNIOS DE FELIPE II	28
2.1. Monarquia Compósita Espanhola.	28
2.2.1. Na península Ibérica.	29
2.2.2. Fora da Península.	32
2.3. Aparato tributário.	34
CAPÍTULO 3 - DÍVIDAS PÚBLICAS E O CASO ESPANHOL: RACIONALIDADE DOS AGENTES E O EMPRESTAR PARA UM SOBERANO	36
3.1. Uma breve visão da dívida pública antes de Felipe II da Espanha.	36
3.1.1. Dívidas de curto prazo.	36
3.1.2. Dívidas de longo prazo.	37
3.2 A dívida pública de Felipe II.	38
3.2.1. Os juros do reino de Castela.	38
3.2.2. Os asientos.	39
3.3. A “irracionalidade” dos agentes.	41
3.3.1. A defesa de interesse dos credores.	41
3.3.2. Clausulas dos contratos de asientos.	47
3.3.3. Novas maneiras dos agentes de defenderem.	48
3.4. Sustentabilidade das dívidas.	49
CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desse trabalho está relacionado com a racionalidade dos agentes econômicos dentro de um recorte temporal bem específico. Após séculos de estagnação econômica e comercial, passou a surgir um movimento de expansão cultural e comercial pela Europa, principalmente após a queda de Constantinopla frente aos otomanos. Com a descoberta da América pelos europeus em 1492 e o caminho para as Índias em 1498, trouxe a priori aos portugueses e aos espanhóis, uma fonte de renda alternativa para essas nações.

Carlos I, que se tornou Carlos V do Sacro Império Romano Germânico após vencer as eleições para imperador frente ao rei da França, utilizou os *asientos*¹ para juntar recursos frente às famílias banqueiras, Welser e Fugger, para compra de votos dos eleitores alemães². A descoberta de prata na América espanhola alavancou a possibilidade dos *asientos*, que eram fonte de renda extraordinária que poderia ser usada para saldar esses empréstimos³, conjuntamente com a economia crescente castelhana, dada as necessidades trazias pelas guerras em diversas províncias em mãos de Carlos V e de seu filho Felipe II, dispersas pela Europa.

A eleição de Carlos V traz à tona um problema que Felipe II teve que arcar com seus domínios posteriormente; da não centralidade de seus domínios, onde cada província tinha as suas próprias legislações e que o soberano não poderia simplesmente passar por cima. Ao se tornar imperador, Carlos causou uma apreensão dentro da sociedade castelhana, já que os recursos do Sacro Império Romano Germânico só poderiam ser gastos dentro do próprio império⁴. Felipe sofreu com essa restrição durante seu longo reinado, onde apenas os recursos da Coroa castelhana, que absorveu também para dentro do seu reino as Índias Espanholas, poderiam ser gastos fora do próprio território⁵.

Dentro do seu grande reinado, Felipe ficou em “paz” durante apenas 6 meses. O monarca teve conflitos com os Otomanos no mediterrâneo, a rebelião nas Províncias Unidas, a conquista de Portugal e a fracassada “Armada Invencível” contra os ingleses, por exemplo. Para conseguir fazer todas essas manobras militares, havia necessidade de muitos recursos financeiros, que foi possível graças aos empréstimos dos bancos, que também prestaram outras funções além de

¹ No que refere nesse trabalho, eram empréstimos de curto prazo com variadas taxas de juros. Ver ponto 3.2.2. para maior esclarecimentos.

² DRELICHMAN & VOTH, 2014, P. 20.

³ DRELICHMAN & VOTH, 2014, P. 93.

⁴ Carlos V tinha variados territórios não contínuos pela Europa, como nas atuais Espanha, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Itália, Alemanha, Áustria e entre outros, para citar os mais importantes. A restrição dada pela Coroa do Sacro Império Romano Germânico impedia dele utilizar fundos para combater rebeliões na região das Províncias Unidas. Felipe terá o mesmo problema, com a exceção que os territórios que Felipe era soberano divergia um pouco em relação ao seu pai.

⁵ DRELICHMAN & VOTH, 2014, P. 51-52.

emprestadores, como a transferência de recursos para a frente de batalha, que foi utilizado como defesa para com o soberano pelos genoveses após um caso de inadimplência.

Portanto, esse trabalho segue uma linha de raciocínio para chegar ao seu destino, partindo do capítulo 1, que é uma breve visão do reinado de Felipe, mas com um enfoque maior em conflitos que perduraram até após a sua morte ou tiveram um impacto muito grande no seu governo, adicionalmente também a política dinástica de seus antepassados, que fizeram aumentar muito dos seus domínios apenas com casamentos. O segundo capítulo parte da estrutura dos reinos/províncias que o monarca governava, com o enfoque no reino de Castela e o papel dela dentro da Espanha de Felipe, que era da onde ele retirava seus recursos para manter guerras fora do território da própria província, mas também passando pelas características das monarquias compósitas, que era a característica do reinado de Felipe.

O terceiro capítulo, que é a base deste trabalho, vemos inicialmente sobre dívidas em geral de períodos anteriores ao de Felipe, depois passamos para as dívidas do próprio soberano. As razões de compreender sobre as limitações dadas pelo governo do monarca, junto com o plano europeu de conflitos por esse protagonizado são compreendidas nesse capítulo, já que por muitas vezes vemos uma certa limitação de arrecadação e de endividamento, que eram necessários graças as guerras do soberano.

Então fica o questionamento, os agentes envolvidos nos empréstimos eram racionais ou não? Felipe II foi inadimplente 4 vezes com os *asientos*, e mesmo assim existia banqueiros que emprestariam novamente ao monarca. Felipe tinha uma grande vantagem em suas mãos, sendo o soberano europeu mais proeminente da sua época, dificultando assim cobranças de sua parte, entretanto, genoveses tiveram inovações financeiras e estratégicas para evitar com que a balança pendesse para Felipe. Também chegamos no questionamento sobre as dívidas e se era possível o monarca paga-las ou se apenas estava utilizando uma desculpa para ser inadimplente com os banqueiros, dada a sua vantagem de poder, mas lembrando que havia casos de represálias ao monarca quando o pagamento das dívidas era parado. Então, o monarca estaria limitado pelos seus fluxos de renda para pagar a sua dívida ou sofria de falta de liquidez em momentos distintos? O monarca mostrou ter renda suficiente para honrar suas dívidas, provindas tanto pelos fluxos de prata da América Espanhola e pela responsabilidade fiscal do Reino de Castela, mas, no entanto, os fluxos de prata podiam sofrer vieses, impactando as escolhas futuras do monarca.

CAPÍTULO 1 – A HISTÓRIA POR DETRÁS DE FELIPE E SEU LONGO REINADO

1.1. Uma breve visão sobre Felipe II.

Felipe (1527-1598) nasceu em 21 de maio de 1527, em Valladolid, Espanha, filho de Carlos V (1506-1556) e da princesa Isabel de Portugal (1503-1539), prima deste e filha do rei Manuel I (1469-1521) de Portugal. Felipe era o filho primogênito do casal chegou na fase adulta da vida, algo que nem sempre acontecia na época. Portanto, ele fora preparado desde cedo para suceder seu pai como soberano. Felipe aos 7 anos teve Juan Martínez del Guiso (1477-1557) apontado como tutor pelo seu pai, um padre de origem humilde. Aos 8 anos, Carlos decidiu retirar Felipe do “controle das mulheres”, criando uma casa separada para ele, chefiada por Don Juan de Zúñiga y Avelanneda (1488-1546), declarando que seu filho recebesse a mesma educação de que o seu tio materno, João (1478-1497), teve. A criação em uma casa separada significou que a comitiva de Felipe teria apenas servos do sexo masculino. Zúñiga estaria sempre presente na vida do jovem príncipe: dormiria no seu quarto, além de ensiná-lo nas artes dos exercícios militares e de corte, estando apenas ausente da presença de Felipe apenas quando este estivesse na escola, na companhia de seu tutor, ou quando estivesse em companhia de sua mãe, em momentos que Zúñiga não tivesse permissão para acompanhá-lo. A ausência de Zúñiga na escola refletia a tradição castelhana que um “príncipe deve ter duas pessoas para instruí-lo em assuntos diferentes: um tutor para ensinar letras e boas maneiras e um governador para exercícios militares e de corte”. Mas enquanto Felipe mostrou uma perícia maior com armas, mostrado principalmente pelo entusiasmo desse ao fazer compras frequentes de bestas, flechas e dardos, assim como “ele aprendia melhor depois que saía da escola...”, dito por Zúñiga, Felipe pareceu não dominar muito bem as letras inicialmente. O príncipe também mostrou bem cedo ser muito piedoso a Deus, algo que faria parte muito na sua vida adulta e em suas decisões futuras. A mãe de Felipe, que falecera após dar à luz à um natimorto, três semanas antes do príncipe completar 12 anos, também estaria bem presente em sua cabeça pelos anos que viria. Felipe jamais esquecera os anos gastos com a sua mãe, sempre lembrando em ocasiões diferentes de seu longo reinado.

Após a morte de sua esposa, o imperador Carlos se retirou em um mosteiro por 7 semanas de luto, enquanto Felipe presidiu sozinho as exéquias fúnebres de sua mãe na Igreja de San Juan de los Reyes, em Toledo, sendo a primeira aparição pública dele como ator solo em um evento público. Após voltar de seu retiro, Carlos pretendia tomar pessoalmente o encargo de cuidar de seu herdeiro, entretanto, chegou notícias de uma revolta nos Países Baixos, no mesmo momento em que as **Cortes** espanholas recusavam votar mais fundos para as guerras do imperador, cujo os dispensou com repreensões raivosas após o ocorrido. Se ele saísse da Espanha, representaria um risco, já que a última vez que ele fez isso sem nomear um regente de sangue real, quase custou seu trono na rebelião de Comuneros. Agora sem a imperatriz, ele não tinha ninguém adulto para ser o seu regente, ao mesmo tempo que ele não se atrevia de ficar e esperar que a rebelião nos

Países Baixos tomasse proporções maiores. Em 1539, Carlos partiu para os Países Baixos, com Felipe como seu regente nominal e com o poder executivo investido no cardeal Tavera (1472-1545). Ao partir, Carlos havia deixado instruções para Felipe em caso de que “Deus escolher me chamar” antes de ter alcançado seus objetivos políticos. “O referido príncipe saberá de nossas intenções” e seguir as estratégias religiosas, dinásticas e políticas corretas. Felipe seguiria as metas das instruções deixadas pelo seu pai o resto de sua vida⁶.

Felipe chegaria a se casar quatro vezes durante a sua vida, sendo que o seu sucessor, Felipe III, nasceria apenas de seu quarto casamento, que foi com Ana da Áustria (1549-1580), filha de sua irmã, Maria da Espanha (1528-1603) e de seu primo, Maximiliano II, imperador do Sacro Império Romano Germânico⁷. O primeiro casamento de Felipe foi com sua prima de primeiro grau, Maria Manuela de Portugal (1527-1545), que era filha de seu tio materno, João III (1502-1557) de Portugal e sua tia paterna, Catarina da Áustria (1507-1578) em 1543. Maria Manuela deu um filho a Felipe, Carlos (1545-1568), nomeado em homenagem ao avô. Maria faleceu apenas 4 dias após o parto, graças à uma hemorragia em decorrência desse. O filho do casal, Carlos, tinha limitações físicas e era instável mentalmente, que podem ter decorrido da consanguinidade da sua família. O segundo casamento de Felipe foi com a rainha da Inglaterra, Maria de Tudor, que era prima de primeiro grau de seu pai, em 1554. Maria ascendeu ao trono após a morte de seu irmão, Eduardo VI (1537-1553), algo que mudou as situações diplomáticas da Europa naquele momento. O casamento de Felipe com Maria, que não teve herdeiros, será retratado mais especificamente no ponto 1.2.3.2. dessa monografia. O terceiro de casamento de Felipe foi com a filha de Henrique II (1519-1559), Isabel da França (1545-1568), que foi logo após do casamento com Maria I, o casamento em que Felipe não teve muito atração física por sua esposa, sendo que foi até citado por um ministro de que “Sua Majestade não terá motivos para reclamar que ele fora obrigado a casar com uma velha mulher feia...”. Foi proposto inicialmente que Isabel casasse com o herdeiro de Felipe II, em uma tentativa de paz entre as dinastias de Valois e Habsburgo, relação desgastada por conflitos entre Henrique II e Carlos V, e posteriormente, por Felipe. Como Felipe estava recém enviuvado, ele decidiu que ele mesmo ia se casar com Isabel, em 1559. Isabel deu-lhe duas filhas que chegariam à vida adulta: Isabel Clara Eugênia (1566-1633) e Catarina Micaela (1567-1597). Isabel falecera em 1568, enquanto Felipe, ficava viúvo e com apenas duas filhas pequenas como herdeiras no mesmo ano⁸. O seu quarto casamento veio após ele se ver sem um herdeiro homem e viúvo novamente, e logo combinou de se casar com a filha de sua irmã, Ana da Áustria. Entretanto, o papa Pio V (1504-1572) se negou de aceitar inicialmente o casamento entre parentes tão próximos, apesar de que ele tenha alegado

⁶ PARKER, 2014 P.3-13.

⁷ A maior parte dos casamentos dos Habsburgos tinham relações de consanguinidade, que por consequência trouxe anomalias genéticas ao último dos Habsburgos da Espanha, Carlos II, “o Enfeitado”, como deficiências físicas e mentais.

⁸ Dom Carlos também falecera em 1568. A história do primogênito de Felipe será explicada adiante.

que “embora alguns de nossos predecessores tenham concedido dispensas em casos semelhantes”, mas também afirmou que havia tido um erro e que nenhum papa tinha o poder de anular a proibição bíblica de casamento entre tio e sobrinha, além de acrescentar que já foi visto as consequências de casamentos assim, se referindo a Dom Carlos. Felipe não estava entusiasmado para mais um casamento, expressando o mesmo sentimento de quando casou com Maria de Tudor, mas que no entanto, ele se sacrificaria pelo dever. Por fim, ele chantageou o papa, ameaçando sair da Santa Liga contra os otomanos, a menos que ele obtivesse a dispensa papal para o casamento, que ocorreu em 1570, com a bênção relutante do papa, e ele, aos 43 anos, se casou com sua sobrinha de 21 anos. Ana deu ao seu marido seu sucessor, Felipe III, o quarto filho do casal, dentro de cinco, sendo que apenas esse chegou à vida adulta. Ana faleceu em 1580, 8 meses após dar a luz ao seu último filho. Após a morte de Ana, Felipe afirmara que só se casaria com outra Habsburga e ele que não menosprezaria a sua família procurando uma noiva estrangeira, sobrando somente Margarida da Áustria, irmã de Ana. Entretanto, o casamento não se concretizou, já que Margarida já estava prometida ao clero para se tornar freira. Houve uma chantagem espiritual que fez com que Felipe cedesse, não tendo se casado novamente em sua vida⁹.

Entrando um pouco no assunto de Dom Carlos. Como dito anteriormente, a instabilidade de Carlos veio por sucessivos casamentos consanguíneos. Ao invés de oito bisavós máximos, ele tinha quatro, e ao invés de ter dezesseis tataravós, ele tinha apenas seis. Havia também dois casos de sérias instabilidades mentais na família, como o de Joana (1479-1555), a avó de seu pai, como o mais próximo de Dom Carlos, como exemplo. Em 1557, ele havia sido nomeado como “herdeiro universal” pelo seu pai, mostrando inicialmente que ele não tinha dúvidas sobre a capacidade de Dom Carlos. Entretanto, Carlos havia crescido com problemas físicos, como ombros desiguais e a perna esquerda mais curta que a direita. Em 1562, talvez graças a diferença entre as pernas, Carlos caiu ao descer um lance de escadas e bateu a cabeça, ficando seriamente ferido e próximo da morte. Contudo, Carlos conseguira se recuperar e Felipe continuou os afazeres para a sucessão dele. O monarca fora para as **Cortes** em Aragão para persuadir a fazerem um juramento de lealdade ao príncipe, apesar da ausência deste, graças a sua fraqueza pós queda, que não o permitiu acompanhar o pai, que chegou a afirmar que em caso das **Cortes** jurassem lealdade a um príncipe ausente, “ele consideraria um bom negócio nunca mais aumentar os impostos de novo na vida”, algo que seria uma oferta extraordinária para as **Cortes** (e tola para ele, já que ele viveu mais 35 anos, enquanto Dom Carlos morreu dentro de 5), revelando a total confiança em seu herdeiro. Em 1564, o jovem príncipe parecia ter duas personalidades distintas, além de um comportamento violento e assim como uma dificuldade de dicção (misturava os sons de “r” e “l”), como visto pelo embaixador que foi finalizar o tratado de casamento de Dom Carlos com Ana da Áustria (que se casaria com Felipe no futuro). Felipe começara a perceber que o cérebro de seu herdeiro estava pior que o seu corpo, apesar de que ainda tivesse esperança de que ele melhorasse, o

⁹ PARKER, 2014 P. 156-167.

príncipe piorava cada vez mais que o tempo passava. No ano de 1566, quando Felipe presidiu as **Cortes** em Castela, o jovem príncipe estava presente. Quando se estava discutindo como arrecadar fundos para que o monarca voltasse para os Países Baixos, muitos deputados estavam clamando para que o príncipe continuasse na Espanha durante a ausência do monarca, assim como feito pelo seu pai durante as ausências do imperador Carlos V. Dom Carlos ameaçou que “qualquer um que recomendasse que ele permanecesse na Espanha, se tornaria, junto com a cidade que representava, seu maior inimigo”. Ele também declarou que “ele estava determinado a ir a qualquer lugar de Sua Majestade fosse, e que o mundo inteiro não poderia pará-lo”. Dom Carlos sabia que Felipe encontraria com os pais de Ana nos Países Baixos e ele estava entusiasmado com o casamento, desde que vira o retrato dessa. Em 1567, o soberano já tinha “pouca confiança na capacidade e adequação do referido príncipe seu filho para deixá-lo como governante e herdeiro de tantos estados”, graças ao muito do sadismo de Dom Carlos. Na noite de sua prisão, no dia de 17 de janeiro de 1568, foi achado 30.000 escudos no apartamento do príncipe e dívidas superiores a 200.000 ducados com vários banqueiros, assim como uma carta datada do dia 1º de dezembro, assinada como “**Yo el príncipe**”, que ordenava que o seu camareiro levantasse 600.000 ducados em Servilha, “com todo o sigilo possível” em conexão com “uma necessidade inevitável e mais urgente”.

Quando foi auditado as contas de Dom Carlos, o embaixador Emílio Roberti foi o único contemporâneo que adivinhou a necessidade do jovem príncipe: ele pretendia ir até a Itália e se apresentar para o imperador, Maximiliano II, pronto para casar com sua filha, sabendo que essa ainda era a intenção desse, apesar da oposição atual de Felipe a esse casamento. Para sucesso de sua empreitada, o príncipe precisava da ajuda de João da Áustria (1547-1578), meio irmão de Felipe e bastardo de Carlos V, capitão geral da frota-real, que era necessária para chegar na Itália. Em uma reunião com seu tio, Dom Carlos implorou por sua ajuda. João pediu tempo para pensar sobre o assunto e imediatamente informou ao rei. O príncipe descobriu que havia sido traído, armou um arcabuz e convidou seu tio para voltar ao seu apartamento, com a intenção de mata-lo. Entretanto, alguém travou a arma de Dom Carlos, já suspeitando das suas intenções. Ao não conseguir disparar, ele tentou puxar uma adaga para matar seu meio-tio, que era muito mais forte, que conseguiu domina-lo e pegar a adaga para levar para o soberano, como prova de sua traição, fazendo com que Felipe finalmente agisse, prendendo seu herdeiro. Embora nenhuma evidência confiável sugira que Dom Carlos tenha sido colocado em julgamento, o historiador real Antonio Herrera y Tordesilhas (1549-1525) afirmou posteriormente que “Foi dito no tribunal que o rei gostaria que o príncipe fosse declarado incompetente para suceder à Coroa”, mas foi abandonada a ideia, já que o príncipe não mostrou que tivesse atentado contra a vida do pai ou contra a fé católica. Então, o rei decidiu manter seu filho preso até este falecer, assim como Carlos

V fez com sua mãe, Joana. O príncipe morreu poucos meses após ser encarcerado, ao contrário de sua bisavó, que viveu cerca de meio século em cárcere¹⁰.

1.2. Monarquia de Felipe II da dinastia dos Habsburgos.

O rei Felipe II, da Casa de Habsburgo, filho de Carlos V, foi de fato um monarca muito poderoso. Além de rei da Espanha, o soberano tinha outros domínios e títulos em suas mãos, sendo que este também era rei de Portugal (1581-98), rei de Nápoles e Sicília (1554), duque de Milão e rei *jure uxoris* da Inglaterra e Irlanda (1554-1558) enquanto era casado com a rainha Maria I (1516-1558), além de ser senhor de 17 províncias dos Países Baixos. Carlos V, que era herdeiro de três grandes dinastias europeias, da casa Habsburgo, Valois Borgonha e Trastâmara, passou de herança boa parte dos domínios ao seu filho, que estendiam por boa parte da Europa.

1.2.1. Os Reis Católicos.

"El imperio donde nunca se pone el sol"

*Frase atribuída ao frei Francisco de Ugalde, se referindo ao
imperador Carlos V.*

O movimento para a consolidação do poder de Felipe II e de seu pai Carlos V pela Europa começou primeiramente com casamentos. No ano de 1469, a até então princesa de Castela e Leão, Isabel I (1451-1504), se casou com o príncipe Fernando II (1452-1516) de Aragão. Isabel tinha vários potenciais pretendentes antes de se casar com Fernando, como o rei de Navarra e o duque de Berry, irmão de Luís X da França. O seu irmão, o rei Henrique IV (1425-1474), favorecia uma união com o rei de Portugal, Afonso V (1432-1481), que também contava com o grande apoio da nobreza castelhana. O casamento dos reis católicos foi uma jogada ousada que teve repercussão no mundo todo, já que Isabel concordou em obter permissão antes de se casar frente ao seu irmão Henrique, arriscaram uma anulação eclesiástica, pois os reis eram primos de segundo grau e o papa ficou receoso em conceder uma bula papal de dispensa por parentesco para o casamento por medo de irritar o soberano castelhano, e por fim, eles foram contra os desejos da nobreza castelhana, quase causando uma guerra de sucessão após a morte de Henrique. A consolidação e a vitória da união entre as coroas de Castela e Aragão só se daria em 1479, quando um tratado de paz com Portugal estabeleceu as reivindicações dinásticas da Coroa castelhana. Por mais ousado e incomum que tenha sido a união entre os reis católicos, as suas consequências não poderiam ter sido previstas na época. Se Isabel tivesse casado com Afonso V de Portugal, poderia ter existido um único império mercantil ibérico nos séculos seguinte (Aconteceu de fato uma união entre as

¹⁰ PARKER, 2014 P. 175-191.

Coroas cerca de 100 anos após esse casamento¹¹), contudo, a rivalidade entre Castela e Portugal continuou a existir, ainda mais com as descobertas além-mar e as lutas pelo poder associadas a elas, ocasionando no tratado de Tordesilhas e a subsequente demarcação do mundo e áreas de influência. A ideia na mente ao se concluir esse casamento era o fim da Reconquista¹² ou pequenas aquisições no Norte, já que a expansão territorial na Idade Média e no início da Europa Moderna envolvia tipicamente pequenos territórios. Não era imaginado que dentro de três décadas, grande parte do globo em três continentes ficaria sobre a influência castelhana.

A política dinástica era parte da construção do Estado feita pelos reis católicos. Fernando prezou o casamento dos seus filhos e netos nas grandes casas reinantes da Europa, como qualquer outro soberano almejava fazer, algo que ele conseguiu fazer de maneira brilhante. Dos casamentos mais importantes, foram os de Catarina de Aragão (1485-1536), cujo cônjuge mais poderoso foi o rei Henrique VIII (1491-1547) da Inglaterra, da Maria de Aragão (1482-1517), da qual o marido foi Manuel, o Venturoso, de Portugal (1469-1521), onde as ligações dinásticas levariam aos acontecimentos de 1580 da união Ibérica e por fim, o casamento de Joana de Castela (1479-1555) com Felipe “o Belo” de Habsburgo (1478-1506). O casamento de Joana rendeu dois imperadores do Sacro Império Romano Germânico, Carlos V e Fernando I (1503-1564), enquanto as quatro filhas se casaram com reis. A herança Habsburgo nos filhos de Joana seria a principal base para a eleição desses ao trono imperial do Sacro Império em 1519, para Carlos V, e em 1558, para Fernando I. A estratégia de casamentos feito por Fernando de Aragão mostraria benefícios à Castela em 1580, após repetidos casamentos com a dinastia Avis de Portugal, duas de suas filhas se casaram com Manuel “o Venturoso” de Portugal (No casamento de Maria de Aragão rendeu a esposa de Carlos V, Isabel de Portugal), dando a reivindicação legal a Felipe II para este ser rei de Portugal¹³.

1.2.2. Bella gerant alii, tu felix Austria nube.

Carlos, que inicialmente foi chamado de Carlos I, herdou as Coroas de Castela e Aragão após a morte de seu avô, Fernando, em 1516. Sua mãe, Joana, a Louca, entretanto, continuou como a legítima rainha de Castela, mesmo confinada em seu castelo (Com a justificativa da

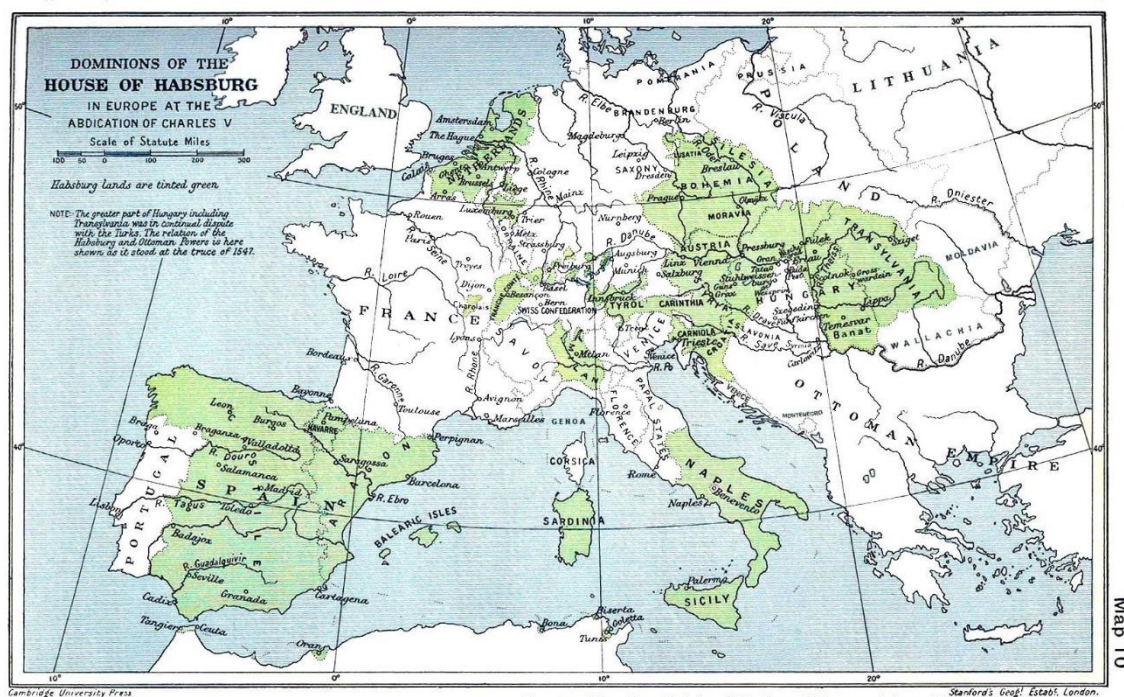
¹¹ A união dinástica aconteceu durante o governo de Felipe II em meio da crise sucessória no reino de Portugal. Em 1578, o rei Sebastião (1554-1578) desapareceu na Batalha de Alcácer-Quibir, sendo sucedido por seu tio-avô, Henrique “o Casto” (1512-1580). Henrique era cardeal e não tinha herdeiros. Após a morte de Henrique, a disputa principal ficou entre Felipe, tio de Sebastião e neto do rei Manuel I em via materna e Dom António (1531-1595), Prior de Crato, filho ilegítimo de Dom Luís (1506-1555), outro filho de Manuel (as reivindicações mais fortes ao trono português eram de Rainúncio Farnésio (1569-1622) e sua tia Catarina de Bragança (1540-1614), descendentes de Manuel por via masculina). Felipe retirou o Duque de Alba de sua aposentadoria, que comandou o exército de invasão e derrotou as tropas do Prior de Crato. As Cortes de Tomar coroaram Felipe como rei de Portugal em 1580. DRELICHMAN & VOTH, 2014, P. 69-70.

¹² A reconquista (718-1492) foi o processo de reconquista da península ibérica pelos reinos ibéricos cristãos frente aos muçulmanos. A reconquista portuguesa terminou antes do que a espanhola, em 1249, após a região de Algarve ser conquistada pelo rei Afonso III (1210-1279). A reconquista espanhol terminou em 1492, após a conquista do Reino de Granada. Caetano de Sousa, 1735, P. 160-161. Lomax, 1978, P. 96.

¹³ DRELICHMAN & VOTH, 2014, P. 45-49 e 51-51.

loucura de sua filha, após a morte de seu marido, Felipe “o Belo”, Fernando confinou Joana e reinou Castela durante dez anos como regente). A nobreza castelhana relutou em aceitar um príncipe que não falava espanhol e que também não nasceu em Castela, ainda via com desconfiança os conselheiros e ministros flamings desse. Em 1519, Carlos ganhou a eleição para imperador do Sacro Império Romano Germânico, sucedendo seu avô paterno, Maximiliano I (1459-1519). Ele comprou a eleição contra o seu maior concorrente, Francisco I da França (1494-1547), subornando os eleitores, se tornando então o Carlos V do Sacro Império Romano Germânico.

Graças as políticas de casamento, a casa austríaca de Habsburgo” conquistou” boa parte de territórios pela Europa sem derrubar sangue, “*Bella gerant alii, tu felix Austria nube*”, ou seja, “Que outros guerreiem, (enquanto) tu, feliz Áustria, concluis casamento”. De fato, foi muito graças a estratégia de casamento de Fernando de Aragão que seus descendentes tivessem uma grande “herança”. Carlos V, por exemplo, herdou territórios via as duas linhas dinástica de que ele descendia. Antes da união da dinastia Trastâmara com a de Habsburgo, esta já havia se juntado com a de Valois Borgonha, via casamento de seu avô paterno Maximiliano I com Maria de Borgonha (1447-1482), adicionando Flandres à “herança”. Enquanto pelo seu avô materno, Fernando de Aragão, obteve via herança territórios na atual Itália, como o reino da Sicília, de Nápoles e Sardenha.



Fonte: The Cambridge Modern History Atlas, 1912. Mapa 10.

No mapa acima, estão os domínios da casa Habsburgo durante o reinado de Carlos V. Percebe-se uma grande variedade de territórios em lugares distantes da Europa. O casamento dos reis católicos deu a Carlos os territórios da atual Espanha e do sul da atual Itália. Pelo lado paterno,

este herdou os territórios do império Habsburgo, como o ducado da Áustria e os atuais territórios da Bélgica e Países Baixos.

1.2.3.1. Felipe II chega ao poder.

Felipe II da Espanha chega ao poder após a abdicação de seu pai, em 1556, herdando todos os territórios que Carlos V governara, excluindo os territórios orientais (Os territórios que seriam herança de fato da casa de Habsburgo, como os da atual Alemanha, Áustria, Hungria, República Tcheca, como exemplos a serem dados).

1.2.3.2. Felipe e seu casamento com a rainha da Inglaterra.

Em um dos seus casamentos, ele foi rei consorte da Inglaterra, ao se casar com Maria I, filha de Henrique VIII e de sua tia avó Catarina de Aragão. Maria foi de uma princesa católica ilegítima à rainha da Inglaterra, sendo essa a força motriz da restauração católica no país. Entre seus pretendentes, estava propriamente Felipe da Espanha, recém rei de Nápoles, indicado pelo seu primo Carlos V, assim como o outro lado do ramo dos Habsburgos, o segundo filho de Fernando, irmão de Carlos e atual Rei dos Romanos e o cunhado de Carlos, Dom Luís de Portugal (1506-1555). No lado inglês, havia um sério pretendente e dois improváveis. O pretendente mais provável era Edward Courtenay (1526-1556), recentemente enobrecido como conde de Devon, cujo pretensão era a melhor escolha na visão do governo e da família real, que queriam um inglês e não um estrangeiro como o cônjuge de Maria. Os outros dois pretendentes eram o cardeal Pole (1500-1558), que ainda poderia casar e que tinha laços sanguíneos com a rainha, pois teoricamente nunca havia sido ordenado sacerdote, com o intuito de governar uma igreja católica recém revitalizada mais do que governar ao lado de sua prima, e o filho do conde de Arundel, que as vezes era mencionado também como pretendente de sua sucessora e meia-irmã, Elizabeth I (1533-1603), em uma tentativa de manchar a reputação de seu pai e colocar este como ambicioso¹⁴. A estratégia de Carlos V estava no fato de que Felipe poderia governar a Espanha e os Países Baixos efetivamente sem ser eleito imperador do Sacro Império e também o fato que o herdeiro do casamento criaria um novo Estado Anglo-Holandês que asseguraria uma posição Habsburga na região do canal e do mar do norte. O casamento com a rainha da Inglaterra era tão vantajoso que “era tão grande e obvio que não era necessária explicação”¹⁵.

Maria chegou a sua conclusão independentemente, apesar de ter sido incentivada por Carlos e seu embaixador. Ela disse ao embaixador, Renard (1513-1573), que “Não conhecia ninguém na Inglaterra que gostaria de se aliar”, Renard a descreveu ao bispo de Arras que “Nenhum casamento com um inglês teria uma posteridade tão grande se o marido fosse um príncipe estrangeiro”, percebendo uma grande compreensão do caráter da rainha, cujo casamento bem escolhido, planejado e negociado traria um grande benefício ao seu país, colocando-o no centro, e não na periferia da política europeia. A Inglaterra deixaria de ser um país pária e voltaria

¹⁴ PORTER, 2007 P.287-290.

¹⁵ PARKER, 2014 P.43.

a ser uma nação católica, com influência, e essa era a visão da soberana sobre o caso, e esse era seu dever como rainha, então ela se casaria com o filho do imperador, Felipe da Espanha. A decisão de se casar com um pretendente espanhol trouxe uma grande agonia à soberana e trouxe dúvidas sobre o seu governo. Ela rejeitou que o casamento prejudicaria os interesses ingleses. Carlos V mesmo, meio espanhol, foi noivo brevemente de Maria em 1520, quando uma aliança com os Habsburgos foi considerada não apenas razoável, mas bem-vinda, mas os tempos mudaram e o mapa da Europa foi modificado pela revolta protestante, e havia também a natureza contrária dos ingleses aos estrangeiros. Todavia, se fosse a relação inversa, de um rei inglês ao se casar com uma princesa espanhola, as vozes de desaprovação seriam mais suaves, mesmo na conjuntura europeia da época. Mas Maria era a soberana, que governava por si só, não há motivos para achar que um pretendente francês católico fosse mais aceitável, pois de certa maneira ele continuaria com as mesmas características que Felipe; estrangeiro, católico e masculino. Não havia precedentes na história inglesa sobre o que poderia acontecer com um rei estrangeiro, como qual seria a extensão de seus poderes ou seria apenas um consorte, como ocorreu com os reis católicos¹⁶.

No ponto de vista de Felipe, sua falta de entusiasmo era evidente, mas mesmo com muita relutância, aceitou o propósito de Carlos “Sua majestade sente como diz sobre o casamento para mim, você sabe que sou um filho tão obediente que não tenho vontade a não ser a sua, especialmente em uma questão tão importante”. Felipe já havia casado com uma prima portuguesa, que faleceu pouco depois de dar à luz a seu filho, Dom Carlos (1545-1568). Oito anos após o ocorrido, o príncipe viúvo era o agrado mais elegível da Europa. Com 26 anos, tinha um senso de dever bem desenvolvido e era muito um produto da Espanha, o país que ele havia sido educado e treinado para governar. Já com a experiência de ter governado a Espanha, ele concordou com a opinião do pai de que o casamento seria extremamente vantajoso¹⁷.

Enquanto ainda havia indecisão sobre o futuro rei, as informações sobre as ações dos espanhóis nos Países Baixos prejudicaram a sua reputação, e particularmente pela maneira como lidaram com a dissidência religiosa lá, munindo os opositores ao casamento com a munição emotiva necessária, principalmente na mão dos franceses e dos anticatólicos do reino¹⁸. E ninguém poderia ignorar a possível reação dos franceses, onde cada esforço tem que ser feito para evitar uma guerra que os ingleses não tem recursos para travar. Couterney era a escolha favorita

¹⁶ PORTER, 2007 P.290-293.

¹⁷ PORTER, 2007 P.293-296.

¹⁸ A Europa estava passando pela reforma protestante desde que Martinho Lutero (1483-1546) publicou as 95 teses. Henrique VIII (1491-1547) fundou a Igreja Anglicana em 1534 (separação definitiva de Roma) para que pudesse se divorciar de Catarina de Aragão (1509-1533). A filha do casal, Maria, católica, fez uma breve restauração após a morte do herdeiro de sexo masculino de Henrique, Eduardo VI, que era anglicano. Nos Países Baixos Espanhóis estava tendo dissidência entre católicos, que era a religião oficial do monarca, e calvinistas. Já na França, a dissidência foi entre os huguenotes, que também eram calvinistas, assim como membros da Igreja Reformada, e os católicos, causando as Guerras religiosas na França (1562-1598).

dos franceses, mas o próprio rei da França gostaria de parar o casamento com o filho de Carlos V, onde ele viu que a rainha estava se aliando ao maior inimigo que ele tinha no mundo, os Habsburgos¹⁹.

Havia no entanto condições adicionadas ao tratado de casamento pelos ministros de Maria para salvaguardar a autonomia inglesa, sendo essas condições ocultadas por Carlos e seus conselheiros, entre essas: se o matrimônio não tiver nenhum herdeiro, e a rainha falecesse primeiro, a autoridade de Felipe acabaria na Inglaterra; caso houvesse um herdeiro, este herdaria a Coroa da Inglaterra e Irlanda, mas também os Países Baixos e por fim, a soberana não deveria sair de seus territórios hereditários a não ser em circunstâncias excepcionais. Os ministros de Maria também estipularam que o Reino da Inglaterra não se envolveria diretamente ou indiretamente, em conflitos protagonizados pelo rei da França, Henrique, e o pai do dito príncipe, o imperador Carlos, além do príncipe não poder violar a paz entre os reinos da França e da Inglaterra²⁰.

Após uma rebelião na Inglaterra²¹, Maria fora finalmente prometida a Felipe, apesar de quem colocou o anel no seu dedo foi o pai deste. Felipe se sentira enganado pelo próprio pai, que fez de tudo para acomodar os desejos dos ingleses, já que na Inglaterra ele não seria nada e sua esposa era 11 anos mais velha do que ele, sendo que ele ainda era jovem demais para desejar que o dever nem sempre teria que ser chato. Felipe foi um noivo demorado e não estava ansioso para ir para a Inglaterra, ele preparou uma frota e organizou a administração de Castela em sua ausência antes de partir, que mesmo quando instado para ter rapidez, demorou o seu” tempo”. Seus embaixadores na Inglaterra ratificavam o tratado de casamento proposto pelo seu pai, sendo esse processo era contra a sua vontade, apesar de não poder voltar atrás. Felipe nunca concordou e nunca concordaria com os termos de casamento e disse que” não seria obrigado por tal ratificação feita em seu nome ou nem por sua própria promessa de manter ou observar qualquer coisa nos referidos artigos”. Maria não sabia do sentimento de traição de Felipe, apesar de perceber a evidente demora para a chegada dele²². O monarca também declarou que” iria aprovar, autorizar e jurar os referidos artigos para que seu casamento com a mais serena rainha da Inglaterra pudesse acontecer, mas isso não obriga os seus herdeiros e sucessores aprovar ou executar qualquer um deles. Tal duplicidade se tornou-se central para o estilo administrativo de Felipe, para quando era obrigado a tomar decisões de que não gostava, fazia declarações perante um notário de que não considerava as concessões feitas sobre coerção como vinculativas²³.

¹⁹ PORTER, 2007 P.296-300.

²⁰ Caso houvesse um herdeiro masculino do casamento de Maria e Felipe, e Dom Carlos morresse sem herdeiros, todas as terras, da Espanha até a Itália, das Províncias Unidas e da Borgonha, passaria para esse herdeiro. PORTER, 2007 P.315-318.

²¹ Ver Rebelião de Wyatt para maiores informações.

²² PORTER, 2007 P.333-336.

²³ PARKER, 2014 P.44.

A comitiva de Felipe finalmente chegara, após ter permanecido 6 meses na Espanha e em parte pela espera da dispensa papal para casar com um parente²⁴, e ambos os monarcas tiveram finalmente o seu primeiro encontro. Nenhum dos dois falava a língua um do outro, tendo conversado primeiramente ele em espanhol e ela em francês, após também conversarem um pouco em latim. Ela parecia mais velha do que Felipe imaginava, e apesar de eles terem ambições dinásticas e interesses em comum, ele sabia que não poderia amá-la. Ruy Gomez (1516-1573) deixou claro que Felipe sentia mais do que falta de atração, estava mais para desgosto, entretanto o monarca sabia que o casamento era para a estabilidade do reino e pra manter os Países Baixos, que até Carlos recomendou Felipe não ficar mais de 5 ou 6 dias na Inglaterra após o casamento, graças a deterioração crescente nos Países Baixos, mas, entretanto, Carlos relegou um papel auxiliar ao seu filho posteriormente, ordenando que ele enviasse recursos e as tropas, decidindo assumir o comando pessoalmente de suas tropas²⁵. Um dia antes do casamento, Carlos havia conferido o título de rei de Nápoles a Felipe, fazendo com que ela não se casasse com “apenas um príncipe”. Ambos se casaram finalmente no dia 25 de julho de 1554²⁶.

Em novembro de 1554 a rainha informou que estava esperando uma criança. Os funcionários da chancelaria já estavam preparando documentos para anunciar a chegada da criança, apenas deixando em branco a data de nascimento. Embora Maria tenha tido alguns sinais de gravidez, chegando até a ter leite, ela nunca deu à luz. Após o ocorrido, Carlos chamou seu filho para se juntar a ele nas Províncias Unidas. Após a partida de Felipe, ele e Maria tiveram trocas de cartas com bastante frequência. O conselho de Maria emitiu uma ordem contornando as restrições impostas no tratado de casamento dois dias após este, então todos os “assuntos de Estado” deveria estar na língua espanhola e latina também e se esses “assuntos” contivesse o nome de ambos os monarcas, haveria também a necessidade da assinatura de Felipe, fazendo com que este continuasse a fornecer ajuda mesmo após partir. Mostrou-se também um aumento de poder de Felipe na administração do Estado com o “Conselho Seleta”, criado pouco antes do monarca partir, integrado por ministros ingleses, onde todos os assuntos debatidos eram mandados para ele em latim para que ele comentasse. A maioria dos casos era aprovado pelo soberano. Em setembro de 1555, foi informado que a maioria dos navios da Marinha Real não estavam em condições de navegar e que deveria ser trazido de volta para o estaleiro do Tâmesa, Felipe se opôs e recomendou para que fosse em Portsmouth, algo que fora cumprido pelo Conselho²⁷.

Felipe retornou a Inglaterra em março de 1557, onde tentou obter uma declaração de guerra contra os franceses, só que ele estava proibido no tratado de casamento de envolver a Inglaterra em guerras protagonizadas pelo seu pai e a França, entretanto Felipe declarou que as

²⁴ PARKER, 2014 P.44.

²⁵ PARKER, 2014 P.45.

²⁶ PORTER, 2007 P.344-347.

²⁷ PARKER, 2014 P.46-48.

animosidades começaram graças ao novo papa, Paulo IV (1476-1559), que chegara a excomungar o imperador Carlos V e seu filho. Felipe ficou durante 3 meses na Inglaterra, então retornou para Bruxelas para assumir o comando da guerra. Em 28 de agosto de 1557, o Duque de Alba (1507-1582) bombardeou as muralhas de Roma apenas para “causar medo ao papa”, que prometeu nunca mais fazer guerra contra Felipe ou ajudar a quem faria, no mesmo momento que Felipe conseguia uma vitória em Saint Quentin²⁸.

Em 31 de dezembro de 1557, cerca de 30.000 franceses invadiram Calais, que estava em mãos inglesas, deixando Maria arrasada. Seu único consolo era uma “nova gravidez”. O cardeal Pole avisou Felipe, que ao saber da notícia respondeu que “mais alegria e prazer do que poderia expressar no papel...”. Maria previu um certo perigo em sua gravidez, já com 42 anos, e conferiu Felipe como regente da criança durante a minoridade, além de preparar a Marinha Real para a volta do seu cônjuge, mostrando que tudo que ela gostaria é a volta de seu marido. Felipe concordou em voltar, mas considerou estranhas as ações da rainha, já que ela não escrevia sobre a gravidez para ele, chegando a dizer que “seria melhor acreditar em alguém que realmente tenha visto a gravidez ao invés de crescer as nossas esperanças” e em abril de 1558, 9 meses após a sua partida da Inglaterra, ele teria dito que as notícias “de que a rainha deu luz estariam agora atrasadas, parece que nós estivemos enganados”. Maria tinha muitas expectativas para a volta de Felipe, mas ele adoecera em fevereiro de 1558 e não pode ir à Inglaterra. Em maio, Felipe foi avisado que até Maria já admitia que não estava mais grávida. Com Elisabeth sendo a herdeira aparente, Felipe pretendia visitar a sua esposa e a irmã desta, para persuadir Maria a aceitar a irmã como herdeira e aumentar a sua influência na Inglaterra, mas um ataque francês impediu os planos de Felipe, que também acabou a possibilidade do soberano ver sua esposa uma última vez. Maria falecera em 17 de novembro de 1558²⁹.

1.3. O mais poderoso monarca da cristandade.

Em uma cerimônia em Bruxelas, em 1556, Carlos renunciou os seus títulos e transferiu os seus reinos espanhóis ao seu filho, além de também renunciar secretamente o seu título imperial a pedido de seu irmão Fernando, para que esse determinasse o momento ideal para a reunião dos eleitores alemães³⁰.

A reivindicação de Felipe à Coroa de Portugal, graças a herança sanguínea de sua mãe, Isabel de Portugal, filha de Manuel “O Venturoso”, fez com que o soberano governasse sobre o “reino mais grandioso desde a criação do mundo”³¹

²⁸ PARKER, 2014 P.51-53.

²⁹ PARKER, 2014 P.54-58.

³⁰ Com a esperança de conseguir apoio do ramo Habsburgo austríaco, Felipe abdicou de qualquer pretensão imperial.

³¹ PARKER, 2014 P.282.

1.4. Guerras sem fim.

Durante os 42 anos de reinado de Felipe (1556-1598), Castela esteve em paz apenas durante 6 meses³². Dentre os conflitos do soberano, os mais importantes seriam a Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648), conhecida como a guerra de independência holandesa e a perda da Invencível Armada frente aos ingleses (1588), cuja derrota foi um golpe para o prestígio e a política da Coroa Espanhola. Diversas vezes a guerra contra as províncias unidas tinha uma intensidade diferente de comprometimento de acordo com a política imperial espanhola, já que sempre havia conflitos concomitantes, como a defesa do mediterrâneo frente aos Otomanos (até 1578), a conquista de Portugal (1579-83), a invasão da Inglaterra (1587-1588) e impor um Habsburgo no trono francês (1589-1598). Caso algum desses conflitos fosse mais urgente para os interesses da Espanha dos Habsburgos, então os recursos de Castela eram exportados para a frente holandesa em quantias menores³³.

1.4.1. Guerras sem fim: caso holandês.

A agitação inicial nos Países Baixos começou no início da década de 1560, durante a regência da meia irmã de Felipe II, Margarida de Parma (1522-1586). Foi uma época instável em decorrência do movimento protestante que estava acontecendo na Europa, como os dos Huguenotes na França³⁴, que mostrou que se os movimentos religiosos e políticos minoritários podiam conseguir se estabelecer, ao invés de lutarem separadamente. A oposição da igreja calvinista aos Guise fez com que eles tivessem a proteção da facção de Condé³⁵. No entanto, nos Países Baixos espanhóis, a aliança entre o calvinismo militante e a oposição aristocrática foi muito mais devagar que na França, onde apesar de ter acontecido a aliança, ainda havia certas diferenças entre a França e os Países Baixos. Dentre as diferenças, apesar da coincidência que ambos os regentes dos dois países fossem mulheres, a característica essencial do regime fez com que afetasse o caráter das respectivas oposições políticas; enquanto Catarina de Médici³⁶ (1519-1589) era meio estrangeira na França, mas dirigia um governo que continuava a ser o símbolo da unidade nacional dentro de um país dividido de conflitos, Margarida, filha de Carlos V e de origem flamenga, era natural ao povo ao qual servia como regente, entretanto o governo era visto crescentemente cada vez mais como estrangeiro. Esse fato teve ao longo prazo um papel incalculável, pois permitiu a oposição nascer como a defensora das tradições nacionais contra as

³² PARKER, 1998 P.2.

³³ PARKER, 1972, P. 145-146.

³⁴ Huguenotes eram os protestantes franceses, cuja maioria era de origem calvinista, durante as Guerras Religiosas na França (1562-1598), que foram fundamentais para que a monarquia francesa percebesse suas fraquezas e fizesse as reformas. KNECHT, 1996, P.91.

³⁵ A dinastia de Guise da França era uma família tradicionalmente católica e era um ramo da casa de Lorena, enquanto na casa de Condé, o primeiro a assumir o título, Luís I de Bourbon-Condé (1530-1569), era um líder huguenote.

³⁶ Catarina de Médici era esposa do rei francês, Henrique II (1519-1559), e era de Florença, na Itália. Henrique morreu em 1559 após ser ferido pela lança de seu adversário em um torneio de casamento, deixando o trono para seu filho, que ficou conhecido como Francisco II (1544-1560), e Catarina viúva. ELLIOT, 1968, P. 17-18.

repressões estrangeiras³⁷. Casos de insubordinação já havia ocorrido anteriormente durante o governo de Carlos V, mostrando um caráter de descontentamento sempre que sentia que o soberano estava ultrapassando seus poderes. A própria cidade natal de Carlos V, Gand, se revoltou contra ele. Apesar de Carlos V ter massacrado a insurreição, ele continuava sendo visto como o soberano com os interesses dos Países Baixos em seu coração, enquanto Felipe era visto como distante, indiferente e hostil ao movimento crescente protestante na região³⁸.

Os acontecimentos nos Países Baixos começaram com bulas papais, que tornava evidente que Felipe II iria avançar em uma organização radical eclesiástica no país contra os hereges. Segundo as bulas de 1559 e 1561, deveriam ser acrescentadas catorze novas dioceses às quatro já existentes e as Províncias Unidas seriam divididas em três províncias eclesiásticas sobre os arcebispos de Cambrai, Utrecht e Malines. As novas sés seriam dotadas de rendimentos advindos de certas abadias ricas e o rei escolheria os bispos e cônego dentre teólogos e juristas canônicos. Portanto nobres viram seus filhos despojados de cargos por clérigos e jurista de baixa reputação e condição e Egmont (1522-1568) e Orange (1533-1584) viram Granvelle (1517-1586) tendo mais primazia sobre eles na mesa do conselho por ser Arcebispo de Malines, ao invés de ocupar o quarto lugar³⁹, como era feito até então dentro do conselho. Granvelle se tornou o bode expiatório das ações de seu soberano, já que era comum culpar os conselheiros ao invés do próprio monarca, que foi intensificado pelo fato de Felipe ser um rei não presente. A junção da ira dos Estados Sociais com o rancor de uma classe aristocrática desiludida⁴⁰ se transformou em um sentimento de afronta em tudo que era relacionado aos espanhóis e uma campanha de ódio contra o principal conselheiro do rei ausente. O próprio Granvelle tentou adiar a reorganização eclesiástica, pois não estava interessado nessa. Ele teve que manobrar da melhor maneira possível para fomentar a política de seu soberano preservando a sua posição. Levou Felipe a retirar o *tercio*⁴¹ espanhol dos Países Baixos, mas ele mesmo viu-se denunciado e caricaturizado como “porco espanhol” e “diabo vermelho”. Os próprios nobres, sob a direção de Orange, formaram uma liga contra Granvelle e enviaram um representante, Montigny, para às cortes espanholas para pedir o seu afastamento no outono de 1562. Montigny voltou de mãos vazias, causando assim a retirada de Egmont e Orange do Conselho de Estado em março de 1563. Graças a uma velha intriga com o Simão Renard em Madri, que é o principal dirigente de uma campanha Anti-

³⁷ ELLIOT, 1968, P. 94.

³⁸ DRELICHMAN & VOTH, 2014, P. 61.

³⁹ O conselho de Estado reunido em 1559 por Felipe tinha como integrantes: Guilherme de Nassau, o príncipe de Orange, o conde de Egmont, um advogado de Frísia, Viglius, um nobre valão da penúria, Berlaymont e Antônio Perrenot, bispo de Arras que foi elevado a Cardeal de Granvelle em 1561. O conselho fora reunido para aconselhar Margarida, apesar de que Perrenot fosse a figura dominante do grupo. Havia também um conselho reduzido composto por Perrenot, Berlaymont e Virglius, onde ele também tomava as decisões importantes. ELLIOT, 1968, P. 95.

⁴⁰ Aqui se refere ao descontentamento popular dado as divergências religiosas e a perda de vantagens pela nobreza dos Países Baixos.

⁴¹ Braudel comparou o nascimento dos *tercios* espanhóis ao surgimento da falange macedônica e à legião romana. O *tercio* espanhol foi o primeiro exército moderno da Europa, surgindo em 1534 no governo de Carlos V. BRAUDEL, 2016.

Granvelle, Felipe cedeu e cortou seu ministro, apesar do duque de Alba aconselhar firmeza. A alta nobreza dos Países Baixos colocou em prática a ambição de controlar a administração real, embora teve suas dificuldades, como as lutas de facções, o aumento de imposto não ter sido votado pelos Estados Sociais, o aumento de desemprego pela suspensão de importação de tecidos pela Inglaterra além de ainda ter agitação popular e o entusiasmo religioso, que pela fraqueza do governo, os sacerdotes calvinistas começaram a realizar encontros ao ar livre. O aparecimento de calvinistas militantes trouxe uma resistência contra os Éditos e a Inquisição colocou o Conselho de Estado em uma posição bem difícil e delicada. Caso impusesse a legislação anti-herética, afastaria o povo, enquanto que se diminuísse as perseguições, iria contra as ordens do soberano, antagonizando-se com o Felipe. A partir desse ponto que Guilherme de Nassau de Orange, que era nominalmente católico romano, começou a se ver no papel de protetor dos protestantes. Em agosto de 1564, chegaram-se as ordens de Felipe para a promulgação dos decretos do Concílio de Trento. Se os decretos fossem aplicados, acabaria com qualquer esperança a para introdução de uma forma de tolerância nos Países Baixos, ainda que o número de condenações por heresia na província de Flandres havia de caído de mais de 600, ainda durante o governo de Granvelle, em 1562 para quase 100 em 1564, já que havia a possibilidade de uma revolta do povo caso Margarida não suspendesse as leis contra a heresia⁴². A execução das ordens foram, portanto, postergadas pelo Conselho de Estado. Egmont foi enviado em missão à corte espanhola para requisitar pela moderação na política religiosa do monarca, como o fim da pena de morte imposta aos hereges e iniciou-se um debate sobre a questão da tolerância tanto nos Países Baixos como em Madri. Antes de sair de Bruxelas, chegou a notícia que os Otomanos estavam preparando uma frota para uma empreitada no mediterrâneo, deixando Egmont confiante que Felipe cederia em decorrência da notícia de seu rival e das suas principais prioridades, como a defesa do mediterrâneo em caso de ataque dos turcos⁴³. Surpreendentemente, os teólogos que aconselhavam Felipe não eram tão hostis a ideia de tolerância, entretanto o soberano não se deixava convencer. Egmont saiu da corte espanhola com a promessa de ser criado um "Comitê Teológico" nos Países Baixos, entretanto Felipe só estava conseguindo tempo para manter as Província em paz e focar no mediterrâneo. Felipe não pretendia voltar atrás nas condenações dos hereges e gostaria apenas de se ver livre de Egmont, que retornou com 50.000 ducados oferecidos pela província de Flandres e com notícias que o soberano afrouxaria as perseguições religiosas. Em um segundo encontro de teólogos feito em Bruxelas, entretanto, após o retorno de Egmont, rejeitou a tolerância com a justificativa que duas religiões em Estados sob o controle de um mesmo monarca poderiam conduzir ao desastre⁴⁴.

Orange e seus partidários continuaram a pressionar por alguma forma de liberdade religiosa entre os anos de 1565-1566, sendo que esse pedido de tolerância estivesse mais ligado a considerações táticas imediatas – sendo influenciado pelo exemplo francês, como o Editto de

⁴² PARKER, 2014 P.144.

⁴³ PARKER, 2014 P.144.

⁴⁴ ELLIOT, 1968, P. 97-100.

Amboise – do que a uma crença nas suas virtudes intrínsecas. Infelizmente as reações de Felipe foram bem diferentes do que aconteceu na França, dando ordens para sua meia-irmã, Margarida, para que os Editos contra os hereges fossem aplicados e que a inquisição punisse severamente os obstinados. Margarida demorou uma semana para tomar coragem e revelar os planos do rei, já que os seus receios se justificaram, pois, a notícia das ordens do monarca agitou ainda mais o país que já estava tendo uma grande pressão política, trazendo uma onda de indignação e ira, que foi aproveitada pelos pregadores calvinistas, que ganharam força explorando em cima de histórias de atrocidades da inquisição espanhola. A pequena nobreza fez sentir a sua presença com formação de um Compromisso, ou liga, formada tanto por católicos assim como protestantes, que exigiram de Felipe numa carta aberta, a mudança da política religiosa e o fim da inquisição. A conjuntura pressionou Margarida, que convocou um encontro de notáveis em finais março de 1566 para lhes pedir conselhos. No dia 3 de abril cerca de 200 confederados se dirigiram para Bruxelas e no dia 5, um grupo deles foi em procissão ao palácio, a fim de apresentar o seu requerimento formal a Margarida. No dia 8 foi celebrado um banquete em comemoração da concordância da governadora em suspender as ordens de Felipe até chegarem novas instruções. Orange, Horn e Egmont foram saudados em um brinde feito pelo dirigente confederado Brederode, apesar de terem se mantido à parte do Compromisso⁴⁵.

Granvelle, agora em Roma, fez uma associação ao saber das notícias do Compromisso nos Países Baixos. O estilo é retirado da Liga dos Huguenotes da França, que tem os mesmos objetivos, entretanto a oposição aristocrática francesa era formada na sua maioria por calvinistas, ao menos nominalmente, enquanto o Compromisso dos Países Baixos era formado por integrantes de variados credos, não tendo um compromisso formal com a causa protestante, mostrando assim uma diferença notável. A questão crucial era se a oposição aristocrática faria ou não uma aliança com a oposição religiosa, enquanto a seção mais radical do Compromisso já mostrava esse indício⁴⁶.

As dificuldades econômicas impostas nos últimos 3 anos fizeram com que a população de rebelasse; A Guerra Nórdica dos 7 Anos, iniciada em 1563, prejudicou o comércio do Báltico, ao mesmo tempo que a política comercial da Inglaterra produziu muitos desempregados somados ao inverno de 1565-1566, que fora mais rigoroso que o usual. Na primavera de 1566, quando os 200 de navios de cereais que ficaram retidos em Danzig (ou Gdansk) finalmente chegaram, o preço do pão começou a baixar, entretanto a miséria dos meses de inverno produzira uma grande amargura e sofrimento, providenciando público aos pregadores calvinistas. O protesto que surgiu pareceu estar menos relacionado à miséria do que de um receio de perda das vantagens recém adquiridas. Os artesãos viram uma descida de nível de vida, mesmo que já tenha tido uma significativa melhora em comparação aos seus pais durante o governo de Carlos V, entretanto não

⁴⁵ ELLIOT, 1968, P. 100-101.

⁴⁶ ELLIOT, 1968, P. 101.

estavam dispostos a aceitar essa piora sem protestos. O momento se fez propício para a derrubada da antiga ordem religiosa pelos calvinistas, que certamente conseguiriam o apoio de 1/3 da nobreza⁴⁷. Margarida chegou a enviar uma carta ao seu irmão, com os dizeres de que os Países Baixos estavam à beira de uma rebelião, em 19 de julho de 1566, e lhe dera duas alternativas: Massacrar a insurgência pegando em armas contra os calvinistas e retornar para Bruxelas ou autorizar o afrouxamento das perseguições religiosas. Felipe autorizou Margarida a suspender as perseguições e perdoar os líderes rebeldes, entretanto, o soberano considerou que suas concessões não eram permanentes, já que estavam sendo feitas sob coerção⁴⁸. Quando a agitação se aproximava, Margarida enviou mensagens para as cidades, frente ao discurso dos pregadores, para que se preparassem para a defesa e colocassem guardas nas igrejas, entretanto as respostas das cidades foram demasiadas fracas. Os membros da milícia especial estavam dispostos a jurar lealdade ao governo, mas apenas 18% declararam dispostos a fazer tudo possível para defender o clero católico, que perderam a lealdade antes mesmo dos calvinistas terem chegado. Nada pode ser feito enquanto a multidão pilhava e destruía as igrejas, com os magistrados com receio de intervir e Margarida sem tropas e insegura da lealdade das classes dirigentes. Até os membros mais moderados do Compromisso estavam aterrorizados com a insurreição popular. Margarida concordou, no dia 23 de agosto, com os líderes do compromisso, de que a perseguição seria suspensa se o povo largasse as armas e se o culto católico fosse respeitado, a fim de conseguir mais tempo. Orange, que foi enviado para Antuérpia, tentou alargar o compromisso para incluir os luteranos e ter apoio também dos príncipes alemães, mas também tentou abrandar a crescente tensão entre os calvinistas e os luteranos que ameaçava destruir a unidade do movimento contra o regime. Com a chegada de dinheiro vindo da Espanha⁴⁹ e com a influência do conde de Mansfield, um devoto católico membro da velha geração de nobres da Borgonha, Margarida recuperou a coragem e pôde armar tropas capazes de ir contra os grupos de rebeldes sob o comando de Brederode, reafirmando a sua autoridade e conseguindo cercar a oposição dividida. Orange não estava disposto a se identificar como calvinista e tomar atitudes a não ser que tivesse certeza do apoio dos príncipes alemães e Egmont se voltou para o regime. Com a última tentativa dos rebeldes de tomar Antuérpia, cujas portas não foram abertas por Orange. Católicos e luteranos uniram forças contra os calvinistas. As tropas rebeldes sofreram revezes e foram pouco a pouco rendidas⁵⁰.

Felipe adoeceu ao ouvir as notícias da pilhagem das igrejas nos Países Baixos, em 3 de setembro de 1566. Alonso de Laloo, agente do conde de Hornes na corte, enfatizou de que terríveis consequências aconteceriam para quem demandou muito do soberano. Uma frota chegou das Américas Espanhola com quase 5 milhões de ducados, além de que o reino de Nápoles votou

⁴⁷ ELLIOT, 1968, P. 101-104.

⁴⁸ PARKER, 2014 P.148-149.

⁴⁹ Foi levantado um exército de 13.000 soldados na "Alemanha" com as notas de crédito enviado por Felipe. PARKER, 2014 P.149.

⁵⁰ ELLIOT, 1968, P. 101-104.

impostos reais no valor de 2 milhões de ducados, que poderia ser seguido pelas Cortes de Castela, recém convocadas, fazendo com que Felipe não tivesse escassez de dinheiro e nem de tropas, podendo subjugar qualquer rebelião até expandir seus domínios. A questão ficara em quando ele usaria a força para acabar com a rebelião. A situação favorecia Felipe, já que os Otomanos estavam atacando a Hungria e a França e a Inglaterra não tinha poderes de fazer uma resistência efetiva. O conselho de Estado reunido em 22 de outubro de 1566 enfatizou a necessidade de se acabar com os insurgentes, já que a permissão de permiti-los continuar traria uma imagem de fraqueza para o domínio real e permitiria que outras províncias se rebelassem. Ainda foi argumentado que se o monarca fosse pessoalmente para os Países Baixos, haveria a necessidade de menor tropa para retomar o controle da situação, apesar de que seria um risco à vida do soberano. O Duque de Alba, o general mais experiente espanhol, foi o escolhido para comandar o exército, apesar da sua saúde debilitada. Alba se reuniu com seu mestre em Aranjuez e ambos concordaram que não haveria necessidade dos 72.000 homens previstos inicialmente, já que Margarida conseguira derrotar o grupo de insurgentes com o exército por essa reunido, então apenas o exército desta e os veteranos de Alba da Itália seriam suficientes.⁵¹

As notícias de que Felipe, que fora convencido pelos ataques às igrejas católicas, enviara o Duque de Alba para esmagar a rebelião e restaurar a ordem, à frente de cerca de 20.000 homens, causou temor nos envolvidos neerlandeses⁵². Orange que parecia um traidor tanto aos olhos dos realistas e dos insurgentes, graças a sua atitude equívoca, sentiu-se incapaz de jurar lealdade à Coroa e se retirou para Dillenberg com as notícias de que Alba seria enviado aos Países Baixos. Com a fuga de muitos rebeldes, como a de Brederode para Alemanha, onde muitos apoiadores o seguiram, parecia que a revolta, tinha terminado quase antes de ter sido iniciada. A revolta que tinha escapado no primeiro momento da nobreza, que de tal modo que o calvinismo radical, um movimento isolado, se tornara incontrolável e perdera as simpatias pública, perdendo qualquer chance de “êxito”⁵³.

1.4.2. Guerras sem fim: caso inglês.

Logo após de se tornar papa em abril de 1585, Sisto V (1521-1590) perguntou ao embaixador de Felipe em Roma “quando que o soberano iria empreender para a Igreja Católica”? como a conquista da Inglaterra (a herdeira de Maria na Inglaterra, Isabel era anglicana, diferentemente de sua antecessora). O monarca respondeu furiosamente se a reconquista dos Países Baixos era “excelente” para eles e se “eles nunca pensaram quando que custa um empreendimento dessa magnitude?”. Quando houve outro pedido do papa para Felipe invadir a Inglaterra em agosto do mesmo ano, houve uma resposta menos vigorosa, enfatizando os custos e a longa duração da sua guerra travada nos Países Baixos e que não podia efetivamente lidar com mais de uma coisa por vez, assim como “Manter a obediência ali a Deus e à Santa Fé”, mas que

⁵¹ PARKER, 2014 P.149.

⁵² DRELICHMAN & VOTH, 2014, P. 62.

⁵³ ELLIOT, 1968, P. 105-106.

se “Deus tem o prazer de terminar essa guerra”, então haveria uma maneira de satisfazer a vontade sagrada do papa. Contudo, notícias do saque de Sir Francis Drake (1540-1596) na Galícia mudou a posição de Felipe, que após o ocorrido pediu ao seu consultor em assuntos estrangeiros, Don Juan de Zúñiga (1539-1583), para fazer um estudo sobre as prioridades de segurança da Espanha frente a esse novo ataque, onde Zúñiga identificou ameaças vindo de quatro grandes rivais, sendo que a França estava em uma disputa civil própria e os Otomanos, o maior adversário anteriormente, estavam em uma disputa com a Pérsia, sobrando então os neerlandeses e os ingleses. Zúñiga argumentou que a ameaça inglesa era ameaça ao próprio mundo hispânico, porque diferentemente do caso neerlandês, onde o conflito ficou confinado nos Países Baixos, os ingleses estavam além de seu território, como o apoio ao próprio Drake e ao pretendente que foi rival ao Felipe ao trono de Portugal, Dom Antônio. Os eventos seguintes confirmaram a análise de Zúñiga, agora com o rompimento aberto, tropas enviadas pela rainha Elizabeth chegaram aos Países Baixos enquanto Drake assolava os territórios do império, das Canárias e Cabo Verde até o Caribe, onde ele saqueou São Domingo. Enquanto isso, nos territórios que o soberano governava, era incitada a guerra contra os ingleses, como as falas do cardinal Granvelle “A rainha da Inglaterra faz guerra contra nós de uma maneira tão ousada e desonesta...”, ou uma forma mais defensiva como a proposta pelo marquês de Santa Cruz, que revisou diversas maneiras de se proteger contra as possibilidades de novos ataques de Drake, entretanto o discurso mais agressivo foi o do arcebispo Rodrigo de Castro de Sevilha, que havia trabalhado com o monarca para recatolizar a Inglaterra, que condenou essa resposta passiva e disse que o melhor momento de atacar era agora, já que o almirante principal estava fora de águas inglesas, sendo que nunca haveria melhor momento para empreender uma campanha contra os ingleses. A decisão fora tomada pelo Felipe. Em 24 de outubro de 1585, quase duas semanas após o desembarque de Drake na Galícia, Felipe informou ao Papa que aceitaria o convite para empreender a conquista da Inglaterra, mas com dois adendos: o empreendimento seria apenas em 1587, já que precisaria de uma preparação exaustiva e que o custo seria na ordem de três milhões de ducado, em um momento que a guerra nos Países Baixos tem exaurido o tesouro espanhol, apesar disso o monarca “ficaria feliz em contribuir com o que pode, não pode ser mais que um terço - ou no máximo a metade – do custo”, o restante tendo que vir Roma. Uma vez recebido as garantias, começou o planejamento da invasão.⁵⁴

Na mobilização de recursos feita para o empreendimento, Felipe teve que fazer escolhas, como ele informou ao conselho “Ninguém lamenta o dano e deseja o remédio mais do que eu, se ainda tivéssemos uma maneira de executá-lo como desejávamos” ao ter que economizar em outros pontos estratégicos para poder fazer a invasão da Inglaterra, como as defesas no Caribe após os saques de Drake e um chamado dos Colonos das Filipinas para invadir a China. O soberano também fez a tentativa de enfraquecer a Inglaterra de Isabel, ao proibir todo comércio com a

⁵⁴ PARKER, 2014 P.305-307.

Espanha e Portugal. Após a descoberta de Isabel do envolvimento de Felipe na trama de Babington⁵⁵, ordenou que Drake voltasse para a Península Ibérica para que ele fizesse a tentativa de causar danos para que impedisse ou ao menos atrasasse as várias partes das Armada⁵⁶ de se juntar. Em abril de 1587, o porto de Cádiz foi saqueado, onde as perdas foram mais de 20 embarcações além das provisões, atrasando ainda mais o soberano espanhol. Drake passou um mês interditando o tráfico marinho do mediterrâneo, depois partiu para os Açores, proclamando a intenção de interceptar as frotas do tesouro vindo América e da Índia, que transportava mais 16 milhões de ducados, Felipe teve que intervir, ordenando que Santa Cruz (1526-1588) escoltasse a frota, tendo sucesso na ação. Finalmente, após as embarcações serem reparadas e várias outras adicionadas, partiu de Lisboa no dia 28 de maio 130 embarcações e quase 19.000 soldados em direção aos 300 pequenos navios e 30.000 veteranos⁵⁷ das guerras nas Províncias Unidas reunidos pelo duque de Parma em Flandres, superando em muito os números da rival Inglaterra⁵⁸.

O percurso da frota em direção aos Países Baixos Espanhóis sofreu vários reveses, fazendo um progresso muito lento na direção almejada, como parte da comida estar estragada e a necessidade de reduzir a ração e o fato de que em 20 de junho, a frota estava ainda em Cabo Finisterra. Não havia outra alternativa além de fazer uma parada para reabastecer os suprimentos no porto de Corunha, entretanto uma tempestade dispersou parte da frota, espalhando alguns navios em uma distância tão grande que chegaram até nas Ilhas Scilly, já sendo esse um grande revés moral para Felipe, onde o núncio papal em Madri se perguntou se era um “sinal de Deus contra a invasão da Inglaterra”. Apesar das dúvidas e dos sinais, a frota continuou: caso continuasse em Corunha, seria um alvo fácil para a frota inglesa, além de debandar a frota antes de atingir o objetivo seria um esforço muito custoso. No dia 23, a Armada passou a se deslocar novamente e no dia 30 foi avistada a costa da Inglaterra, onde foi ordenado que as 130 embarcações implantassem uma ordem de batalha em meia-lua que media cerca de 5 quilômetros de uma ponta a outra, fazendo com que os inimigos reconhecessem a “maior frota que já esteve nesses mares desde a criação do mundo”. Houve tentativas da marinha inglesa de quebrar a formação da armada, mas todas falharam, parecendo então que o “destino” estava a favor de Felipe. A Armada ancorou em Calais dia 6 de agosto, apenas 40 quilômetros das tropas do duque de Parma que estavam em Dunkerque e a vista da área de desembarque em Downs. Infelizmente houve uma falha de comunicação entre a armada e o Duque de Parma, onde infelizmente o enviado despachado no dia 31 de julho, informando o local, chegou no dia 6 de agosto. Dada a falha de comunicações, o duque de Parma não podia ter embarcado seus homens em navios pequenos para fazer o transporte até a Armada, já que existia a impossibilidade dos grandes galões

⁵⁵ Plano para assassinar Isabel e substituí-la por Maria da casa Stuart. PARKER, 2014 P.311.

⁵⁶ Não havia sigilo nas intenções de Felipe em invadir a Inglaterra, sendo inclusive que até soldados e civis discutiam a invasão nos Países Baixos. PARKER, 2014 P.308.

⁵⁷ Os portugueses contribuíram com cerca de 1/5 das embarcações da armada e 4.500 marinheiros e soldados. DRELICHMAN & VOTH, 2014, P. 70.

⁵⁸ PARKER, 2014 P.307-311.

se aproximaram das praias, já que ele não tinha o conhecimento da posição da Armada, entretanto, o duque tinha um cronograma meticuloso de desembarque, que ao saber que a frota estava próxima de Lizard, colocou as suas tropas em alerta. Ao saber da aproximação da frota do dia 6, todas as unidades passaram a se mover para os portos, cujo o desembarque de quase 27.000 homens se realizou em 36 horas, uma proeza. No dia 7, entretanto, a armada “desapareceu em fumaça”, em uma manobra inglesa de enviar oito urcas velhas cheio de combustível, que foram ateadas de fogo ao se aproximar da frota ancorada em Calais. Muitos capitães simplesmente cortaram os cabos que prendia os navios e foram levados pelas correntezas, impossibilitando retomar as posições e ancorar, transformando a armada de uma formidável força para um “bando de barcos desorganizado e fragmentado em pânico”. Na manhã seguinte, navios de guerra ingleses conseguiram invadir a formação dos galeões e infringir pesados danos. No dia seguinte foi ordenado a retirada de volta pra Espanha⁵⁹.

Ao todos foram perdidos cerca de 15.000 homens, além também da perda material e de ao menos 1/3 dos navios junto com os armamentos, comandantes experientes e a reputação do soberano. Foi empreendido cerca de 10 milhões de ducados sem um retorno além das perdas. As políticas de Felipe fizeram com que a Espanha mergulhasse em uma guerra contra a Inglaterra, que assim como a guerra contra as Províncias Unidas, iria durar muito além da sua morte⁶⁰.

⁵⁹ PARKER, 2014 P.315-321.

⁶⁰ PARKER, 2014 P.321-323.

CAPÍTULO 2 - CARACTERÍSTICAS MONARQUICAS DO “REINO UNIDO DA ESPANHA” E DOS DOMÍNIOS DE FELIPE II

2.1. Monarquia Compósita Espanhola.

A Espanha, como uma monarquia centralizada e um Estado Absoluto, não existia até antes do século XVIII. O que existia eram vários reinos na região, como Castela, Aragão e Portugal, como exemplos, que empreendia a província romana da **Hispania**, onde se situa a península Ibérica. Na Europa mesmo havia cerca de 500 unidades políticas no século XVI, algumas mais independentes, outras menos, enquanto já no século XX havia por volta de 25 unidade políticas pela Europa, mostrando uma grande centralização com o passar do tempo⁶¹. Felipe II foi soberano do que é chamado de monarquia compósita, a qual constituía um conjunto de “Reinos, Estados e Senhorios”⁶², sob o mesmo monarca, mas mantendo a identidade institucional e legal. Portanto, o Estado moderno espanhol tinha suas raízes nos próprios Estados medievais que o compunham, e consequentemente, herdou boa parte dos seus limites operativos. A autoridade real e os aparelhos administrativos tiveram que avançar na centralização do Estado para superar algumas dessas suas velhas limitações.

Para monarcas com o objetivo de engrandecimento e expansão do território, a criação de Estados Compósitos era uma maneira fácil e natural de se fazer, cuja aquisição de novos territórios significa novas riquezas e maior prestígio. Era preferível também algumas características para essa “união” entre Estados, como contiguidade (territórios próximos e vizinhos) e “conformidade”, que seria semelhanças entre línguas, costumes etc. A ambição dinástica, derivada de um senso de herança e família estava acima de qualquer tendência unitária, ameaçando continuamente por sua busca contínua por novas aquisições territoriais. Para Juan de Solórzano de Pereira, um jurista do século XVII, havia duas maneiras de um território ser unido para os domínios de um rei. A primeira ocorreu com a Índias Espanholas⁶³, que foi integrada legalmente à Coroa de Castela, cujos habitantes tinham os mesmos direitos e estavam sujeitos às mesmas leis. Havia também a união em que ambos os Estados constituintes após a sua união continuavam a ser tratados como entidades diferentes, mantendo assim suas leis, foros e privilégios,” Os reinos devem governar e governar”, como se o rei que os tem junto fosse apenas um de cada um deles. A união pode ser definida com a expressão *aeque principaliter*, igualmente importantes. A maioria dos Estados em mãos de Felipe II (Aragão, Valência, reino de Portugal,

⁶¹ ELLIOT, 2019 P.29.

⁶² Felipe foi soberano de diversos Estados com variados títulos monárquicos. Enquanto ele era rei de Castela e de Nápoles, ele também era conde de Flandres. Entretanto, cada Estado tinha suas leis próprias cujo o monarca deveria respeitar, tornando Felipe um monarca descentralizado, e não absoluto.

⁶³ Podendo ser Índias Orientais Espanholas e Índias Ocidentais Espanholas. A primeira contava com territórios na Ásia-Pacífico, que foram determinados com o Tratado de Saragoça (1529), que visava determinar um outro meridiano para demarcar a divisão de influência na região da Ásia e atualizar o Tratado de Tordesilhas (1494). As Índias Ocidentais Espanholas era os territórios do continente americano.

principado da Catalunha, províncias dos Países Baixos e os reinos de Nápoles e Sicília) cabem nessa segunda categoria. A manutenção inicial do grande império Habsburgo se deu pela grande vantagem da união *aeuqe principaliter*, pois a sobrevivência das instituições e das leis dos territórios unificados tornava a transferência mais suportável para os habitantes, com a promessa do novo soberano estrangeiro respeitar os costumes e leis locais, mas que, no entanto, se tornaram obstáculos futuros, como o caso das restrições institucionais para a realeza ser muito mais forte em Aragão do que em Castela no século XVI, fazendo com que o monarca acostumado com certa liberdade em certa região tivesse restrição em outra. A disparidade entre as instituições favoreceu os atritos, já que a dificuldade de se conseguir recursos, a Coroa de Aragão convenceu os monarcas a recorrerem mais às *Cortes* em Castela, fazendo com que eles ficassem cada vez mais com o fardo de financiar as guerras dos Austrias. Enquanto os castelhanos arcavam com as guerras dos Habsburgos, os aragoneses, catalães e valencianos temiam que as suas constituições estivessem sendo silenciosamente revertidas por causa da baixa frequência que seus tribunais eram convocados⁶⁴. Os castelhanos ao integrar as Índias Espanholas, aumentaram o seu poder e a riqueza em relação aos outros integrantes da união, fazendo com que o imperialismo e a monarquia compósita não se dessem bem juntos. O crescimento de Castela em relação às outras províncias trouxe o sentimento de que as suas identidades estão em perigo⁶⁵.

Nesse movimento de centralização que foi visto no século XVII, não foi em si o objetivo da centralização, mas uma tentativa das dinastias em fortalecer as suas posições e impor sua autoridade em súditos não obedientes, principalmente em matéria fiscal e na reputação no cenário internacional. Os grandes estadistas dessa época colocaram em marcha programas de disciplina social, reforma política e fomento econômico, que permitiram intervir numa perspectiva local e provincial. Muitas vezes essas intervenções eram pedidas pelas próprias autoridades locais, nem sempre correspondendo iniciativas pelo governo central. A Coroa surgia como um poder arbitral superior a quem recorria na resolução de problemas domésticos entre a população, a nobreza e assembleias urbanas. A crescente demanda pela justiça real, considerada mais técnica e imparcial, abriu caminho para a intervenção do governo central⁶⁶.

2.2.1. Na península Ibérica.

Após o casamento dos reis católicos, foi estruturada uma associação entre iguais entre Castela e Aragão. Cada monarca manteve as suas Coroas, conselhos e assembleias representativas, entretanto, em razão da sua força combinada e o fim da rivalidade entre os reinos, permitiu que Fernando e Isabel concentrassem um poder maior em suas mãos, fortalecendo a instituição dos soberanos. Os soberanos abandonaram muito das instituições medievais de administração, modernizando o mecanismo do Estado⁶⁷, além de tentarem ressuscitar memórias

⁶⁴ ELLIOT, 2019 P.32-34.

⁶⁵ ELLIOT, 2019 P.42-43.

⁶⁶ PUJOL, 1991, P. 124-125.

⁶⁷ DRELICHMAN & VOTH, 2014, P. 47.

de uma união na península Ibérica, como a Hispânia Romana ou visigótica pra propor um foco de lealdade potencialmente mais amplo na forma de uma “Espanha” historicamente restaurada⁶⁸. O primeiro passo para os monarcas era controlar a nobreza, que quase causou uma guerra de sucessão. Os reis católicos lançaram uma reforma logo após a ascensão de Isabel ao trono, na qual grande parte da nobreza adquiriu uma parte substancial de sua renda, que foi reincidido na **reforma de mercedes**, em 1480, limitando o poder econômico da alta nobreza, além de retirar o poder dos cobradores de impostos e colocando nas mãos dos contadores reais. Os monarcas também revogaram vários privilégios dados aos nobres pelo antecessor de Isabel, Henrique, na tentativa de sustentar o seu reinado⁶⁹.

Joana sucedeu sua mãe como rainha de Castela, após a sua morte, enquanto Fernando manteve apenas a coroa de Aragão em suas mãos. Após a morte de Felipe “o Belo” em 1506 deixou Joana como única soberana de Castela. A história conta que Joana ficou “louca” de tristeza pela morte de seu cônjuge, dando a oportunidade para que seu pai a trancasse em um castelo e se declarar regente de Joana e governar efetivamente mais dez anos o reino de Castela.

Em 1580, Felipe conseguiu unir as Coroas de Portugal junto com a da “Espanha”, com o apoio da aristocracia mercantil de Portugal, que via o modelo de administração de Castela superior, vencendo assim o Prior de Crato. Em troca do apoio da nobreza, Felipe prometeu respeitar a instituição portuguesa; idioma, privilégio da nobreza, moeda e gestão financeira. Como rei “português”, Felipe não podia outorgar qualquer cargo de poder português para os “espanhóis”, excetuando-se membros da família real. As Coroas se mantiveram segregadas durante todo o restante do reinado do soberano, sem transferência ou qualquer interferência na gestão financeira portuguesa. Entretanto Portugal sofreu com a perda da independência da política externa, além de que ter que contribuir com o suporte militar ao Felipe e sofrer com ataques de corsários ingleses. O declínio do comércio asiático, sendo substituído pelos Países Baixos, também foi um efeito da união das Coroas. A diferença da expansão colonial entre os países, o modelo português estava ancorado em uma administração direta da Coroa e o “espanhol” em um modelo baseado na livre iniciativa, em que os exploradores individuais, fretados pela Coroa, assumiam maior parte dos riscos, mas também recebiam maior parte do lucro, quando aconteceu a união, o Império Português estava mal preparado para esse modelo. Felipe respeitou sua parte do acordo até o final da sua vida e a Coroas continuaram separadas, e Portugal contribuiu suficientemente militarmente, nas campanhas militares de Castela, e os impérios comerciais ibéricos combinados começavam a enfrentar desafios na Ásia, entretanto ainda não tinham rivais no Ocidente. Entretanto, o relacionamento entre a aristocracia portuguesa e a Coroa “espanhola” começou a se desgastar no século XVII⁷⁰.

⁶⁸ ELLIOT, 2019 P.39.

⁶⁹ DRELICHMAN & VOTH, 2014, P. 47.

⁷⁰ DRELICHMAN & VOTH, 2014, P. 70-71.

Um dos motivos de Felipe II pressionar os Países Baixos era pra que aliviasse os recursos de Castela para outras empreitadas imperiais de seu anseio⁷¹. Durante a Guerra dos Oitenta Anos, houve tentativas para fazer com que outras áreas do império, além de Castela, contribuíssem diretamente com os custos da guerra nas Províncias Unidas, que teve um sucesso “misto” na sua eficácia. Utilizando o neto de Felipe II, Felipe IV, como exemplo das restrições de uma monarquia compósita. Em 1625 foi proposto um plano pelo Conde-Duque de Olivares e validado por Felipe IV para que as províncias do império contribuíssem com homens e recursos financeiros para a sua defesa, cujo ficou conhecido como “União das Armas”. A ideia de Olivares era de que todas as partes do império deveriam contribuir com a defesa de qualquer província sob ataque. Em 1626 Aragão e Valencia concordaram, sob protesto, em pagar a sua própria guarnição (Catalunha recusou até isso) e parte das defesas das dependências da América Castelhana ficou ao cargo dos próprios colonos. Em 1627-1628 os Países Baixos Espanhóis e a Itália espanhola foram persuadidos a aceitar o termo, entretanto, os Países Baixos já haviam contribuído fazia tempo com a sua “cota” (12.000 homens) e muito mais, para eles a “União das Armas” era o mesmo conteúdo com o involucro diferente. A “União das Armas” deu frutos apenas na Itália, em 1621-1625 o reino de Nápoles havia mandado pequenas somas para o exército em Flandres, após o termo as quantias aumentaram drasticamente. De 1628 a 1631, Nápoles e a Sicília ajudaram a financiar a guerra na Lombardia e após 1631 mais ajuda foi enviada para as Províncias Unidas. Entre 1631 e 1643, Nápoles enviou cerca de 9.2 milhões de ducados para a guerra na Lombardia e para os Países Baixos. Contudo, apesar dos esforços consideráveis e de um certo ressentimento que ficou dos que foram demandados para ajudar, trouxe pouco alívio para o exército em Flandres. Os recursos da Itália espanhola foram insuficientes para compensar a queda do poder financeiro de Castela. O exército em Flandres continuou ancorado nos *asientos* ⁷².

Após a morte de Fernando, em 1516, monarcas separados nunca mais governaram Castela e Aragão, fazendo com que o casamento dos reis Católicos fosse decisivo para o futuro da Espanha. Entretanto, as instituições dos dois reinos continuaram separadas, cada um com suas próprias estruturas administrativas, instituições fiscais e judiciais e assembleias representativas. As instituições separadas entres os reinos integrantes da Espanha seriam abolidas apenas no reinado de Felipe V, já de outra dinastia, Bourbon, com a recusa de catalães, aragoneses e valencianos em aceitar sua legitimidade, que criou uma situação em que a abolição dos arranjos constitucionais tradicionais pudesse ser contemplada em Madri, durante a Guerra de Sucessão da

⁷¹ PARKER, 1972, P. 149-150.

⁷² PARKER, 1972, P. 156-157.

Espanha⁷³, em 1707-1716, com os *Decretos de Nueva Planta*⁷⁴, suprimindo assim os regimes distintos da Coroa de Aragão⁷⁵.

2.2.2. Fora da Península.

A conformidade e contiguidade nem sempre era presente dentro das uniões, Felipe era soberano de vários Estados espalhados pela Europa, portanto seria razoável manter o *status quo* de suas instituições. Algumas inovações institucionais podem até ser viáveis, como a criação de um Conselho Colateral no reino de Nápoles, mas precisava evitar conflitos com a elite das províncias com a introdução de muitas mudanças excessivamente repentinas. Entretanto algum grau de integração inicial era necessário para que o soberano tivesse algum controle efetivo do novo território. A presença militar pode ter o seu papel no estabelecimento de um governo, como ocorreu em Portugal, mas manter um exército de ocupação podia demandar muitos recursos financeiros além de ser contraditório e ir contra a própria política. O absenteísmo seria inevitável para um soberano da monarquia compósita. O primeiro baque para uma província ou um reino ao se unir com uma outra unidade estatal seria a partida da corte, perda do *status* de capital da sua cidade principal e a substituição do monarca por um vice-rei ou um governante. Nenhum vice-rei poderia compensar totalmente a ausência de um rei em uma sociedade igual a europeia moderna, que era bem pessoal. No entanto, a formação de conselhos com integrantes nativos ajudou de certa forma a aliviar o problema, ao oferecer um canal de comunicação onde as queixas e as opiniões locais poderiam ser expostas no tribunal e determinar diretrizes políticas. No nível superior havia um conselho de Estado (composto na maioria das vezes por castelhanos) deixado como instrumento nominal para as decisões finais de acordo com os interesses da monarquia hispânica em seu conjunto. O absenteísmo mostrava um problema estrutural que nem mesmo um monarca como Carlos V pôde resolver com o seu vigor itinerante. No entanto, as constantes queixas das unidades formadoras da monarquia compósitas no século XVI que foram privados da figura do soberano, que embora expressem um sentimento legítimo de injúria, pode ser considerada estratégias úteis. Em troca de um certo abandono, as elites locais desfrutaram de um grau de autogoverno que as deixou sem nenhuma necessidade de questionar o status quo da união, ou seja, as monarquias compósitas foram construídas em uma aliança mútua entre a Coroa e a classe dominante das diferentes províncias⁷⁶.

⁷³ A Guerra de Sucessão espanhola começou quando Carlos II, o último dos Habsburgos espanhóis, faleceu sem deixar nenhum herdeiro direto. Em seu testamento ele apontou Felipe, que se tornaria o V da Espanha, seu sobrinho neto, para ser o seu herdeiro. Entretanto, Felipe V era um Bourbon e neto de Luís XIV (1638-1715), fazendo com que a união das Coroas da França e da Espanha fosse um perigo para o equilíbrio da Europa. A Guerra de Sucessão da Espanha, que foi uma disputa entre os Bourbons e os Habsburgos da Áustria terminou com Felipe abdicando os direitos do trono francês e variadas concessões aos beligerantes.

⁷⁴ Foi durante esses decretos que foram abolidos os foros da Coroa de Aragão e foi unificado juridicamente e estruturalmente todos os territórios do rei da Espanha, além da criação de novas Cortes espanholas, seguindo o modelo de Castela.

⁷⁵ ELLIOT, 2019 P.48-50.

⁷⁶ ELLIOT, 2019 P.35-37.

Contudo, as perspectivas de estabilidade e sobrevivência das monarquias compósitas do século XVI baseada na aliança entre a Coroa e as elites das províncias foi posta em causa pela divisão religiosa da Europa, que colocava os súditos contra o soberano e vice-versa. O protestantismo aguçou o sentimento de identidade distintiva das Províncias Unidas sempre ciente das diferenças que separavam de uma monarquia Habsburga católica. Assim, uma pressão do centro pelo conformismo religioso tendia provocar reações de rebeldia em comunidades, já que as suas identidades não estavam respeitadas, que ainda podiam contar com o apoio de intervenção externa baseada na fé, principalmente em províncias remotas sob controle imperfeito como os Países Baixos⁷⁷.

O domínio de Felipe II em seu vasto império pela Europa pode ser visto mais como participativo, do que absolutista e centralizador. No caso de Flandres, foi visto uma necessidade de uma associação com as forças políticas locais, após o governo do duque de Alba nesse território. Nos territórios da Itália, Milão, Nápoles e Sicília e na Sardenha, ocorreu de uma maneira diferente⁷⁸. Foi encontrada uma oligarquia social e bastante compacta, na qual as tentativas do governo de Madri foram barradas na tentativa fazer uma maior presença nessa região. No ducado de Milão foram os patrícios que constituíram a resistência que combinou com a defesa da tradição particularista do ducado com a dos seus próprios interesses. No reino de Nápoles, foram os juristas que formaram a resistência contra as ações da Coroa de controlar e moralizar a administração do reino. Os processos jurídicos de Madri, como a *visita*, o *sindicato*, e a *recusación*, foram barrados por esses magistrados, poderoso grupo social em Nápoles. Isso não significa que a posição dos Áustrias era apenas *de jure*. A presença foi feita de maneira indireta, com a introdução dos barões, de caráter feudal, dentro da estrutura administrativa do reino, fazendo com que ocorresse a transformação dos direitos jurisdicionais sobre os feudos em jurisdição real. Portanto, os barões eram uma espécie de oficiais reais que não dependiam do rei, mas o rei dependia deles de uma maneira vital para a manutenção da ordem. Algo parecido ocorria também na Sicília e na Sardenha, onde os enviados deviam estabelecer uma relação com as classes dirigentes desses locais. O advento dos barões de Nápoles, Sicília e Sardenha e do patriciado milanês, permitiu uma certa soberania da dinastia da Espanha nesses territórios, mas ao mesmo não de uma forma totalmente intensa. A colaboração passiva em conjunto com a também resistência passiva põe em evidência as consideráveis margens de manobra política e proveito material que desfrutavam as classes provinciais mandadas pelos monarcas da dinastia austríaca da Espanha, e por consequência, o poder centralizador que era emitido pela corte de Madri mostrava uma limitação de atuação. Graças a isso, o termo absolutismo deve ser evitado para caracterizar o governo espanhol na região da Itália contemporânea⁷⁹.

⁷⁷ ELLIOT, 2019 P.39-40.

⁷⁸ PUJOL, 1991, P. 127-128.

⁷⁹ PUJOL, 1991, P. 127-128.

As monarquias compósitas mostraram uma capacidade de sobrevivência e resistência apesar de seus problemas estruturais nos séculos XVI e XVII, tendo apenas três casos de secessões de monarquias compósitas com sucesso entre a dissolução da União de Kalmar em 1523 na Escandinávia e a união anglo-escocesa em 1707: das províncias do Norte do Países Baixos da Espanha, da renúncia do trono sueco por Sigismundo III da Polônia e de Portugal. Portugal procurou se separar da Espanha apesar de “conformidade” e contiguidade fortes, algo que também é presente na união da Inglaterra com a Escócia. Em termos de vantagens da união ibérica, em sentidos de ganhos econômicos e segurança, era uma situação muito melhor pra Portugal em 1580 do que em 1640. As esperanças das elites provinciais no aumento das oportunidades econômicas e em cargos e honras fizeram que ficassem muitas vezes desapontados, mas a esperança de algo melhor faziam com que se tornassem cúmplices da união. Entretanto o engano veio e acabaram se voltando para o Duque de Bragança, um potencial rei legítimo para o sucesso, que em comparação com as Províncias do Norte, cujos movimentos separatistas terminaram em alguma forma de república, que era visto com suspeita pela Europa Moderna monárquica, mostrando uma das razões do sucesso da revolta lusitana⁸⁰.

2.3. Aparato tributário.

O rei Felipe II, como soberano de variadas Províncias, tinha suas receitas providas de diversas fontes em cada Estado de acordo com as suas legislações, mas era de Castela que ele principalmente tinha recursos, que era arrecadado de três maneiras diferentes, sendo elas: impostos diretos, impostos indiretos e a prata da América. O mais importante entre os impostos diretos consistia em **servicios**, contribuições votadas pelas **Cortes**, divididas entre os diferentes municípios do reino, sendo que cada município tinha a sua liberdade de arrecadar a sua cota da melhor forma adequada; impostos sobre a renda ou um valor fixo em cada indivíduo. Nobres, clérigos e indigentes eram exceção. O mais importante imposto indireto e a maior fonte de receita era a **alcabala**, ou taxas de venda. Legalmente a **alcabala** era paga por todos os indivíduos, não importando a classe social. Era aplicável em todas transações na mesma taxa de 10%, sendo que na prática, a taxa, que quase sempre era menor que os 10%, e até a própria **alcabala**, não eram aplicados em todas as transações, já que em um Estado moderno primitivo, isso seria extremamente oneroso e impraticável, então o rei optou entre dois sistemas possíveis, que foram empregados em diferentes períodos, ou as vezes, em territórios diferentes. O primeiro sistema, **arrendamiento**, que consistia na taxação de fazendas. As cidades normalmente se opunham a taxar fazenda, já que os seus coletores reivindicavam partes do montante coletado e eram incentivados a se comportar de uma forma exageradamente abusiva, na esperança de extorquir maiores taxas da população. O segundo sistema, **encabezamiento**, que se tornou mais comum nos séculos XVI e XVII, na qual as cidades participantes eram livres para coletar a sua cota da melhor maneira possível, normalmente faziam isso taxando apenas bens fáceis de monitorar, como

⁸⁰ ELLIOT, 2019 P.50-52.

aqueles vendidos em estabelecimentos licenciados. Sobre a prata da América, a Coroa espanhola não tinha os recursos ou a vontade política de mergulhar na colonização, preferindo então fretar as viagens e intervir como aparato político, principalmente quando os assentamentos adquiriram um caráter permanente, então a exploração do Novo Mundo foi em grande parte assunto privado. Como resultado, a vasta maioria da prata adquirida era privada. A Coroa, no entanto, fez cumprir um monopólio de troca; toda a prata, assim como qualquer outro bem colonial tinham que fazer seu caminho para a cidade de Sevilha, onde eram depositados na Casa de Troca, avaliados e taxados⁸¹. Só após o rei coletar a sua parte, as mercadorias eram liberadas para os seus donos.

⁸¹ A taxaço na prata era em 20% do valor total. DRELICHMAN & VOTH, 2014, P. 82-87.

CAPÍTULO 3 - DÍVIDAS PÚBLICAS E O CASO ESPANHOL: RACIONALIDADE DOS AGENTES E O EMPRESTAR PARA UM SOBERANO

3.1. Uma breve visão da dívida pública antes de Felipe II da Espanha.

Ao acompanhar a história da Europa moderna, podemos ver de início, que a maior parte da dívida pública era restrito em duas formas: adiantamento de curto prazo de bancos e empréstimos forçado que retornavam uma taxa única aos detentores da riqueza.

3.1.1. Dívidas de curto prazo.

Aos monarcas e príncipes que tinham escassez de formas financiamento, adiantamento de curto prazo de banqueiros em taxas altas de juros era o artifício frequente. Havia a possibilidade dos empréstimos de curto prazo serem feitos pelos próprios súditos de um soberano, como o que ocorreu nas cidades-estados italianas. Muitos desses empréstimos “ofertados” tiveram um forte elemento de coerção, pois todos detentores de riqueza deveriam participar. O instrumento utilizado nesse caso eram as letras de câmbio. Na cidade de Veneza, no século XIII, foi desenvolvido um sistema de empréstimos forçados, em que todo detentor de riqueza líquida (determinado pelo próprio governo da cidade), deveria emprestar uma porcentagem fixa de seus ativos à cidade, evitando assim que os governantes pagassem altas taxas de juros, se comparado com os credores fora de sua jurisdição. Os cidadãos envolvidos nesse instrumento de empréstimos se adaptaram a essa técnica de adquirir empréstimos com juros mais baixos, fazendo com que eles escondessem ou consumissem sua riqueza líquida, ou mudando de jurisdição.

Para não depender somente credores nativos, também nesse momento, não era incomum os empréstimos serem feitos por banqueiros fora da jurisdição de um monarca, tomando como exemplo o caso inglês, cujo os banqueiros italianos emprestaram para a Coroa inglesa financiar a Guerra dos 100 anos (1337-1453). Em uma situação de assimetria de poder, era algo comum os soberanos europeus repudiarem dívidas de curto prazo, por consequência, os banqueiros dispostos a emprestarem e se envolverem nesse tipo de negócio era apenas a taxas altíssimas de juros, podendo chegar até cerca de 50% ao ano, sendo um dos exemplos que podem ser achados pela história.

Ao continuar a discussão sobre essa assimetria de poder, relacionado com as dívidas de curto prazo, essa assimetria permitia os governantes encontrar “desculpas” para processar seus credores por crimes, ao repudiar essas dívidas que eles adquiriam. Um dos casos que existe essa hipótese que um soberano pode ter usado seu poder para não pagar as dívidas é o da execução de Jacques de Molay, o Grão-Mestre da ordem do Templários, que foi preso após os Templários serem acusados de “hereges, que em seus ritos de iniciação, negavam a Cristo e cuspiam na Cruz, e depois se envolviam em rituais homoeróticos” pelo rei Felipe IV da França (1285-1314), do dia 13 de outubro de 1307, dissolvendo assim uma ordem secular da Europa. Também aconteceu perseguições contra os Judeus e os Lombardos durante o reinado do monarca, que juntos com os

Templários, tinham uma similaridade em seu relacionamento com o soberano francês: todos eles emprestaram dinheiro ao monarca, mas não em um sentido unicamente literal, muitas vezes havia coerções ou trocas, como permissão para continuar nos negócios. Felipe IV precisava desesperadamente de fundos, tendo travado uma grande guerra contra os ingleses apenas alguns anos antes do ano da acusação contra o Templários. Suas receitas tributárias pouco sustentavam as suas finanças, era mais esperado que ele vivesse mais com a renda de *demesne*, que seriam as terras pertencentes ao Senhor, para uso e ocupação própria, não sendo concedidas aos inquilinos feudais, só que era insuficiente. Os empréstimos preenchiam essa lacuna entre receitas e despesas, principalmente em momentos de grandes esforços de guerra, que demandava muito mais do tesouro, como o acontecido durante as campanhas contra os ingleses no sudoeste da França. Após o ataque ao Templários e a confiscação de suas consideráveis riquezas, o rei francês, sem nenhuma surpresa, encontrou pouquíssimos credores dispostos a emprestar para ele.

3.1.2. Dívidas de longo prazo.

Os mecanismos de financiamento do governo via títulos de dívida de longo prazo lastreado em receitas tributárias foi desenvolvido mais cedo nas cidades-estados italianas. Ao perceber uma dificuldade crescente em pagar os empréstimos, o governo veneziano adotou novas práticas que seriam incorporadas em outros lugares posteriormente. O governo anunciou, em 1262, que uma taxa de juros de 5% seria paga em todos os empréstimos, e que os recursos provenientes de vários impostos comerciais seriam destinados ao pagamento dessas dívidas, ou seja, a dívida estava lastreada nas receitas do governo. O caso genovês vai além do lastreamento da dívida pública, onde credores privados formaram um sindicato que permutava possíveis empréstimos no direito de administrar um novo imposto, cujo os recursos seriam utilizados exclusivamente para atender o empréstimo, esse sindicato permitiu com que o governo de Genova fosse mais longe ainda do que o governo de Veneza na tentativa de criar uma instituição financeira mais sólida para empréstimos.

Posteriormente, é possível notar que as taxas de retorno visto no país que seria o precedente da dívida pública contemporânea, os Países Baixos, funcionava de uma maneira diferente. Carlos V, imperador e soberano das Províncias Unidas, em 1522, também forçou essas províncias a vender títulos suportados por receitas de taxas futuras, sendo também imposto aos agentes o ato de comprar esses títulos ofertado, como no caso das cidades-estados italianas. As taxas de juros desses empréstimos eram bem baixas (6,25%), mais baixos ainda que os *juros* espanhóis, mas não é surpresa a taxas serem tão baixas, já que a forma utilizada inicialmente era os empréstimos forçados. No ano de 1558, cinco anos após o fim dos empréstimos forçados, já se vê a mesma taxa de juros de quando ainda era compulsório (6,25%). É sugerido que essa queda da taxa de juros se dá pelo fortalecimento das instituições e da capacidade de levantar receitas, assim como a maior taxação das pessoas dos Países Baixos⁸², então, para tomar emprestado a

⁸² Ver T'HART, 1997 e HOFFMAN & NORBERG, 1994.

taxas de juros baixos não basta somente uma maior taxaço para que se tenha um suporte para essas d  vidas, mas também a capacidade de conseguir coletar receitas suficientes para que o débito seja pago. A experiência da dívida pública das Províncias Unidas mostra que uma pequena assembleia provincial era capaz estabelecer uma credibilidade como tomadora de empréstimo maior que a monarquia dos Habsburgos, sendo que a capacidade em tomar empréstimo com taxas baixas teve grande impacto na política global, como quando as províncias unidas se rebelaram contra a dinastia dos Habsburgos⁸³, conseguiram levantar grandes fundos para gastos militares, apesar de sua pequena economia. Em compara  o com a Espanha de Felipe II,    útil considerar como estas províncias estavam estruturadas e quem estava representado dentro da institui  o. O modelo das províncias unidas fora utilizado como modelo pelo governo inglês após 1688⁸⁴, sendo essa forma de empréstimos de longo prazo chamados inicialmente de “Dutch finance” no país em quest  o⁸⁵.

3.2 A dívida pública de Felipe II.

Como centrado na questão da dívida pública, Felipe II tinha duas opções: os títulos de longo prazo apoiado em fontes de receitas estáveis, os **juros**, e os empréstimos bancários sem garantia a curto prazo, os **asientos**. Cada um tinha uma característica diferente, como taxas de juros diferentes assim como a permissão de emissão.

3.2.1. Os **juros** do reino de Castela.

Os **juros** eram títulos perpétuos ou vitalícios, sendo que sua emissão era limitada de acordo com as **Cortes**, assembleia representativa de Castela, que no caso, designava o fluxo de receitas que dava garantia aos títulos. Esse limite de emissão era mantido muito abaixo da capacidade fiscal do Estado, que fazia com que os juros fossem investimentos muito seguros. As **Cortes** tiveram um papel primário durante o reinado de Felipe. Como Felipe não era um rei de uma monarquia centralizada, mas sim de uma monarquia compósita, portanto, o soberano não tinha o poder de dobrar as **Cortes**    sua vontade, então essas tiveram um grande papel na fiscalidade do Estado castelhano. Uma das características das **Cortes** era a concessão de apoio financeiro, como a defini  o sobre os fluxos de renda, podendo ser “ordinário” ou “extraordinário”. Os fluxos ordinários eram permanentes, enquanto os extraordinários deveriam ser autorizados a cada reunião das **Cortes**. Como as d  vidas de longo prazo, ou seja, os **juros**, são podiam ser emitidas de acordo com os fluxos ordinários, portanto as **Cortes** tinham em suas mãos uma importante ferramenta de controle fiscal, já que essas poderiam recusar ou aprovar novas receitas ordinárias ou converter as extraordinárias em ordinárias, podendo estabelecer um teto para a dívida de longo prazo emitida pela Coroa castelhana. Então, graças a essa restri  o de

⁸³ Graças a essa revolta contra a dinastia dos Habsburgos, teve um pico de alta em 1572 nas taxas de juros, pois os pagamentos tiveram que ser suspensos, mas após esse pico, os juros seguiram uma tendência declinante. STASAVAGE, 2003, P. 56-57.

⁸⁴ Após 1694 entra o Banco da Inglaterra, que atua de modo próprio.

⁸⁵ STASAVAGE, 2003, P. 51-59 & DRELICHMAN & VOTH, 2014, P. 132-134.

emissão dos **juros**, os títulos de longo prazo castelhanos foram considerados o investimento mais seguro da Europa durante os reinados de Carlos V e Felipe II, podendo ser achados em portfólios de bancos e procurados por investidores pela Europa toda.

Os motivos dessa proeminência dos juros como ativo financeiro pela Europa se dão primeiramente pelo fato de serem protegidos por um lastro, ao poderem só ser emitidos de acordo com as receitas dadas como “ordinárias” pelas **Cortes**, sendo essas receitas normalmente estáveis. Em segundo, mesmo com essa proeminência dos **juros** nos portfólios pelo resto da Europa, a maior parte dos credores eram da elite castelhanas, portanto, se houvesse a inadimplência sobre esses títulos, haveria um grande custo político ao rei. E por final, mesmo o rei não sendo responsável pelos fluxos de receita com mal desempenho e insatisfatórios, as ações do soberano mostram que havia uma garantia implícita contra perdas catastróficas. Como no evento ocorrido, cujas receitas envolvidas no suporte desses títulos, o imposto sobre a seda, sofreram de um colapso, durante a rebelião dos Mouriscos em 1568. O monarca compensou os credores, libertando-os de suas obrigações e concedendo-lhes juros pelos valores que já haviam sido pagos. Assim como na atualidade, a taxa de retorno que os **juros** pagavam variavam de acordos com algumas características, como o prazo (vitalícios ou perpetuo), o pagamento anual e os fluxos de receitas em que esse título estava ancorado. Ao longo do reinado de Felipe, o seu rendimento médio foi de cerca de 7,14%, mas mostrando um declínio mais para final do reinado do soberano, que pode ser explicado pela tendência de declínio dos títulos em geral pela Europa⁸⁶, o bom desempenho da economia castelhana que fez com que os **juros** fossem um investimento seguro e por fim, os acordos de inadimplência, de 1575 e 1596, cujo rentabilidade foi renegociada e fizeram com que uma quantia considerável de **juros** com taxas de 5% fosse adicionada aos estoques existentes, fazendo com a retorno médio fosse reduzido. Por fim, os juros estavam atrelados ao nome de um credor, que era o único permitido a coletar os pagamentos anuais, podendo serem transferidos em circunstâncias especiais, pois seu valor dependia da idade do titular, além de que devia ser pago uma taxa para esse propósito. Felipe II nunca foi inadimplente com os títulos de longo prazo⁸⁷.

3.2.2. Os **asientos**.

Quando os **juros** ficaram insuficientes para financiar as necessidades, já que esses só poderiam ser emitidos de acordo com um pouco a mais que as receitas propostas como “ordinárias” pelas **Cortes**, a Coroa passou para o **asientos**, primeiramente introduzido no reinado de Carlos V, que os utilizou para selar empréstimos de curto prazo com as famílias alemãs Fugger e Welser. O primeiro empréstimo da família Fugger permitiu Carlos superar Francisco I (1494-1547), da França, na compra de votos, que lhe assegurou a Coroa do Sacro Império Romano Germânico em 1519. Esses empréstimos de curto prazo não seguros foram assinados por

⁸⁶ Havia por exemplo o **rentes** da França, o **renten** das Províncias Unidas e **compere** para os genoveses; DRELICHMAN & VOTH, 2014, P. 89-90.

⁸⁷ DRELICHMAN & VOTH, 2014, P. 22.

financistas espanhóis e de outros locais e seus vencimentos, valores, taxas de juros e outros termos e condições são variáveis.

Após a compra de votos feita por Carlos V, este passou a usar os **asientos** financiar suas campanhas militares pela Europa⁸⁸, sendo primeiramente financiada a partir da economia castelhana, posteriormente pelo fluxo de prata vindo das Américas.

Os banqueiros alemães foram os primeiros credores em relação aos **asientos**, cujos contratos foram na maioria das vezes pessoais e continham o nome do soberano nestes. A ligação entre a casa dos Habsburgos e as famílias banqueiras alemãs desempenharam um grande papel. Nesses contratos, muitas vezes ocorria que as conversões de moedas eram vantajosas para o banqueiro⁸⁹. Durante o final do reinado de Carlos, os banqueiros genoveses já estavam tendo uma posição de financiamento comparado com a da família Fugger. Carlos também já enfrentava problemas em pagar suas dívidas antes mesmo de seu filho, já pedindo um prazo maior para o pagamento dessas, sendo apenas possível o pagamento com a chegada da prata da América⁹⁰, salvando a posição do soberano. Anton Fugger sugeriu subornar o secretário pessoal do monarca, Francisco Eraso, para que as dívidas fossem honradas mais rapidamente.

Felipe II teve dificuldades desde o início de seu reinado para honrar os seus débitos, já em 1557, ele teve que parar o pagamento dos **asientos**, seguido também em 1560. Já é possível identificar uma certa racionalidade dos agentes. Algumas inovações foram utilizadas pelos banqueiros genoveses para se defender de possíveis inadimplências futuras, como a futura rede de banqueiros genoveses, que agiriam conjuntamente para causar uma represália ao monarca em caso de mais inadimplências, um tipo de securitização para mitigar os riscos para outros agentes e além da sucedida renegociação do cessamento de pagamentos ocorridos em 1557 e 1560, cujo os genoveses saíram com tratados melhores em comparações com os banqueiros alemães e a casa dos Fugger, recebendo menos dinheiro e em um tempo maior⁹¹.

Os **asientos** tinham um risco maior que os **juros**, que mesmo com a possibilidade dos contratos especificarem uma fonte para os pagamentos, nenhum fundo foi especificamente destinado ao serem assinados. Se ocorresse que o fluxo de caixa estivesse em uma situação crítica, a ordem de pagamentos poderia ser atrasada. E mesmo após excluir os contratos que foram

⁸⁸ Carlos V também se financiou via o mercado financeiro da Antuérpia, com taxas que variavam de 6,25 até 15% ao ano, não sendo considerados empréstimos de curto prazo, com o vencimento de no mínimo 10 meses. STASAVAGE, 2003, P. 55.

⁸⁹ Os genoveses por muitas vezes utilizavam as cláusulas adicionais dos **asientos** para aumentar o retorno efetivo desses, sendo que parte do retorno excedente, além das taxas de juros, vieram de taxas de câmbio infladas, que compunham cerca de 42% dos contratos. DRELICHMAN & VOTH, 2014, P. 97 e 145.

⁹⁰ Ocorreu mais de uma vez o confisco da prata vinda da América para gastos urgentes, ocorrendo a primeira vez em 1523, quando o rei Carlos precisou duzentos mil ducados para pagar seu exército que ia lutar contra o rei rebelde navarro. DRELICHMAN & VOTH, 2014, P. 87.

⁹¹ Os contratos dos Fugger eram mais complicados e maiores. Eles perderam cerca de 5 a 9% de taxas de juros nessa renegociação, ainda foi necessário que Hans Fugger fosse a Madri, fazendo com que se tornasse mais devagar as negociações, DRELICHMAN & VOTH, 2014, P. 95.

renegociados após as inadimplências de Felipe II, cerca de 20% dos contratos não foram pagos no prazo correto, e adicionando o fato que os pagamentos podiam demorar de semanas a anos para serem pagos. Os *asientos* eram renegociados em outros *asientos* em muitos dos casos, com juros adicionais para compensar a obrigação não cumprida e o atraso do pagamento pela Coroa. Dessa maneira, estudar os *asientos* tem uma função importantíssima para compreender as finanças do reino de Castela assim como do começo da Espanha imperial centralizada, mesmo que os *asientos* representassem uma minoria de todas as dívidas, entre 10 e 25% das obrigações da Coroa, eles tinham uma grande volatilidade, entretanto, todos os *juros* foram honrados em seu prazo correto.

Dentre os 435 contratos utilizados para o estudo, alguns tem o valor tão grande quanto 25% das receitas anual da Coroa, enquanto outros tem um valor trivial. Uma larga proporção dos *asientos* foram utilizados para dar o suporte ao exército espanhol pela Europa, e, portanto, eles envolvem serviços de transferência e operações de câmbio. Esses também serviam para dar suporte às necessidades da corte em Madri e pagar projetos especiais de arquitetura⁹².

3.3. A “irracionalidade” dos agentes.

A racionalidade dos agentes econômicos durante o reinado de Felipe II é bem questionável, mesmo após quatro inadimplências (1557⁹³, 1560⁹⁴, 1575⁹⁵ e 1596) eles continuaram a serem credores de Felipe II. Braudel⁹⁶ afirma que a cada colapso da economia do soberano, causava à bancarrota dos banqueiros envolvidos na inadimplência do soberano, sendo substituídos posteriormente por outros, assim mostrava essa irracionalidade dos agentes, já que mesmo após as três primeiras inadimplências, ainda havia gente disposta a emprestar para o monarca.

3.3.1. A defesa de interesse dos credores.

A Coroa deveria ter a possibilidade de pagar todas as suas dívidas no longo prazo, mas não significa que esse era o seu maior interesse. A Coroa é um tipo especial de tomador de empréstimo, já que não pode ser levado à corte para que pague as dívidas ou forçado a honrar os seus contratos, podendo levar a um comportamento oportunista. Muitos monarcas europeus se negaram a pagar as suas dívidas, e muitas vezes levando também a vida de seus credores. Podemos

⁹² DRELICHMAN & VOTH, 2014, P. 89-104 & DRELICHMAN & VOTH, 2011, P. 5.

⁹³ O primeiro default de Felipe se deu após ele emitir um decreto convertendo à força o capital e os juros de todos os títulos de curto prazo, os *asientos*, em aberto com lastro nas receitas da Coroa de Castela em títulos com juros fixos de 7.14% ao ano, após as vitórias contra o papa Paulo IV e em Saint-Quentin. Ele também conseguiu arrecadar mais dinheiros com algumas firmas, ao excetua-las dos termos, desde que fizessem mais empréstimos. PARKER, 2014 P.53-54.

⁹⁴ Das suspensões de pagamentos de 1560 para a de 1575, foi demandado pelos agentes um aumento da taxa de juro de 8% para 16% ou as vezes até mais. PARKER, 2014 P.225.

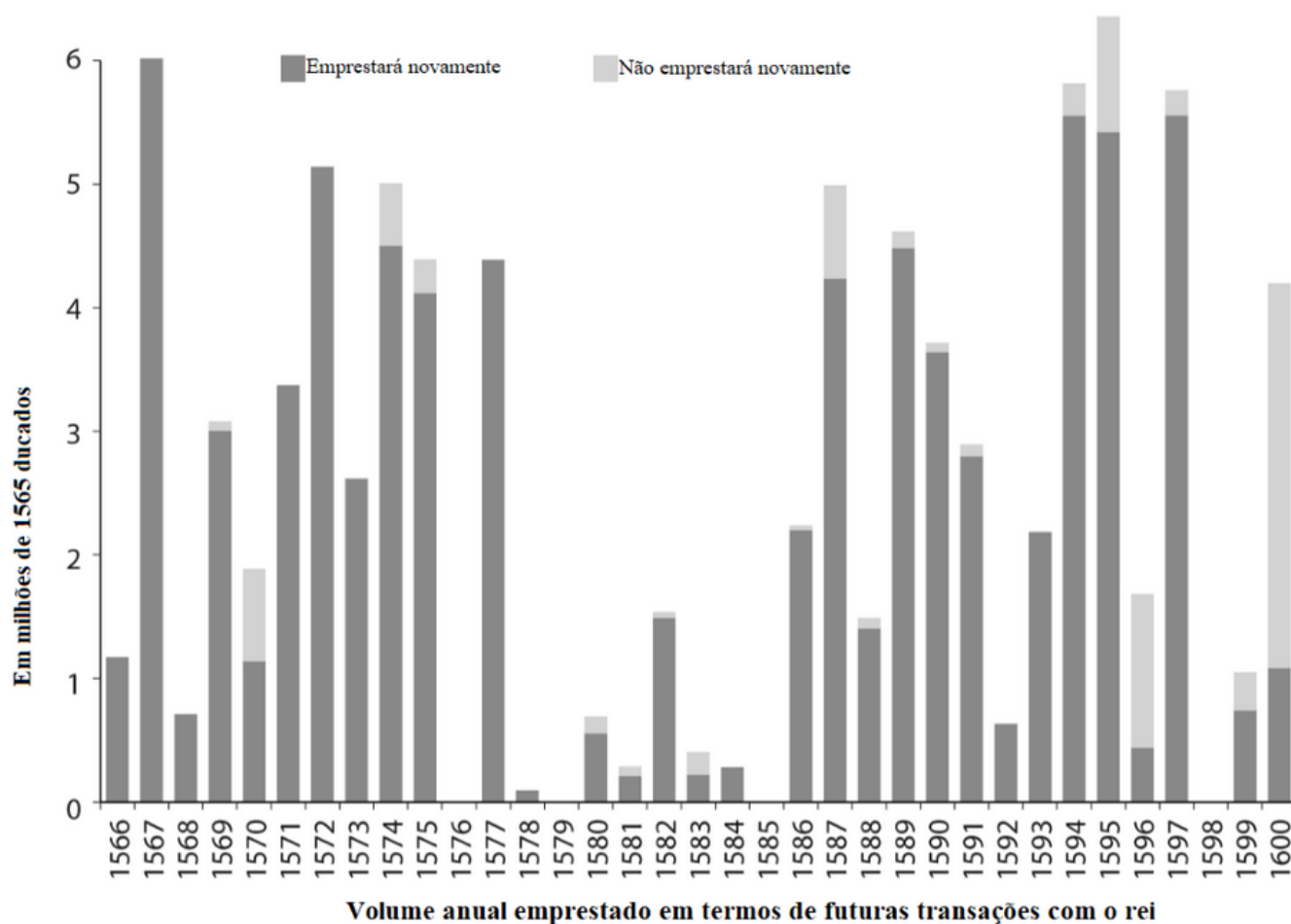
⁹⁵ As despesas de Felipe no mediterrâneo, como a batalha de Lepanto, e os recursos para suprimir a revolta do Países Baixos ficaram na ordem de quase 19 milhões de ducados entre 1571 e 1577, enquanto as receitas da Coroa de Castela mal conseguiam chegar aos 6 milhões anuais, onde metade desse valor eram custos de dívida, exaurindo assim o tesouro. Felipe emitiu um” Decreto de Suspensão “em setembro de 1575, suspendendo os pagamentos dos títulos. PARKER, 2014 P.219.

⁹⁶ BRAUDEL, 2016, P. 362-363 e 351-352 e 355.

colocar em questão também que os agentes envolvidos nos empréstimos poderiam persistir no jogo caso houvesse outras vantagens em jogo, como vantagens financeiras e até licença para operar no território.

Nesse momento é que retorna na hipótese do caso de Felipe IV da França e dos Templários. Quando o soberano francês utilizou da força e do poder para confiscar os bens não somente dos Templários, mas também de outros credores dele, ele dificilmente achou alguém disposto a emprestar para ele após o ocorrido, algo que podemos trazer para uma discussão com Braudel e sobre a irracionalidade dos agentes. Os banqueiros tiveram a noção de que poderia ocorrer novamente um cessamento de pagamento dos *asientos*, caso emprestassem novamente ao rei. Pode-se até fazer uma sinergia com a contemporaneidade, cujo os agentes se protegem de possíveis inadimplentes vias maiores *spreads*, ou seja, se o empréstimo for realizado a um indivíduo com menor capacidade de honrar o compromisso, ele pagará maiores taxas de juros em comparação com alguém que tenha maior renda.

Após o caso ocorrido com Felipe IV da França, ocorreu similaridades com o outro rei que também estava em vários campos de batalha e com a necessidade de financiamento, mas as diferenças que os agentes emprestadores não saíram com a vida perdida, mas sim tendo um grande retorno sobre o seu capital, mesmo com a possibilidade de Felipe II poder utilizar de seu poder além da sua jurisdição e utilizar do mesmo instrumento que o monarca francês havia feito. As necessidades de Felipe II eram tão grandes, que ele simplesmente não poderia ficar sem empréstimos futuros dos banqueiros.



Fonte: Drelichman & Voth, 2014, P. 150.

Como visto no gráfico acima, feito a partir dos contratos de *asientos*, é possível identificar que a maioria dos banqueiros emprestariam novamente ao soberano espanhol, já indo contra a ideia de que os banqueiros haviam tido prejuízo nos primeiros casos de empréstimo ao soberano. Então, ao analisar o gráfico acima, podemos notar que poucos credores terminaram a sua relação com Felipe. Os banqueiros que emprestaram antes da inadimplência tinham 3,8% de chance de sair do negócio de empréstimos, enquanto comparando com o após da inadimplência, 4,4%. Nos anos que os pagamentos pararam de serem pagos que estão presente no gráfico acima (1575 e 1596), é presumível concluir que nem todos os banqueiros foram à bancarrota em cada falência de Felipe, mas que emprestariam novamente, mostrando que eles poderiam ter tido retornos aceitáveis, mesmo com as renegociações que aconteciam a cada reunião que sucedia com o monarca para mudança de prazos e de taxas de juros. Após 1577, cerca de 2 anos após a inadimplência de 1577, ocorreu uma grande diminuição dos empréstimos, que pode ser explicada pelo fato de que Felipe recebeu um grande de cerca de 4,2 milhões de ducados, ao longo de 3 anos, pouco antes do cancelamento dos pagamentos em 1575. Podemos também adicionar ao fato que as receitas do monarca, com o aumento das receitas de impostos indiretos, aumentaram de 1,1 milhões para 3,2 milhões, entre os anos de 1575 e 1576-1577, assim como as receitas advindas

da frota de prata, que subiu de uma média de 0,7 milhões de ducados (entre 1570 e 1575) para 2 milhões em 1577⁹⁷.

Existe um caso de um devedor famoso que é quase contemporâneo de Felipe II. A história se passa por dois integrantes da Casa de Hohenzollern, no que seria a atual Alemanha. Frederico I se endividou e acreditava que chegava a 200 mil florins o quanto ele devia. Quando ele ameaçou que poderia suspender temporariamente o pagamento de suas dívidas aos seus credores, que também eram nobres, seu filho Casimiro o depôs, obrigando-o a assinar a sua abdicação de seu poder por motivos de enfermidade mental. Após o acontecido, Casimiro deu cargos administrativos aos credores do pai, que teve efeitos previsíveis, como o aumento da exploração dos seus súditos, que levou a revoltas⁹⁸.

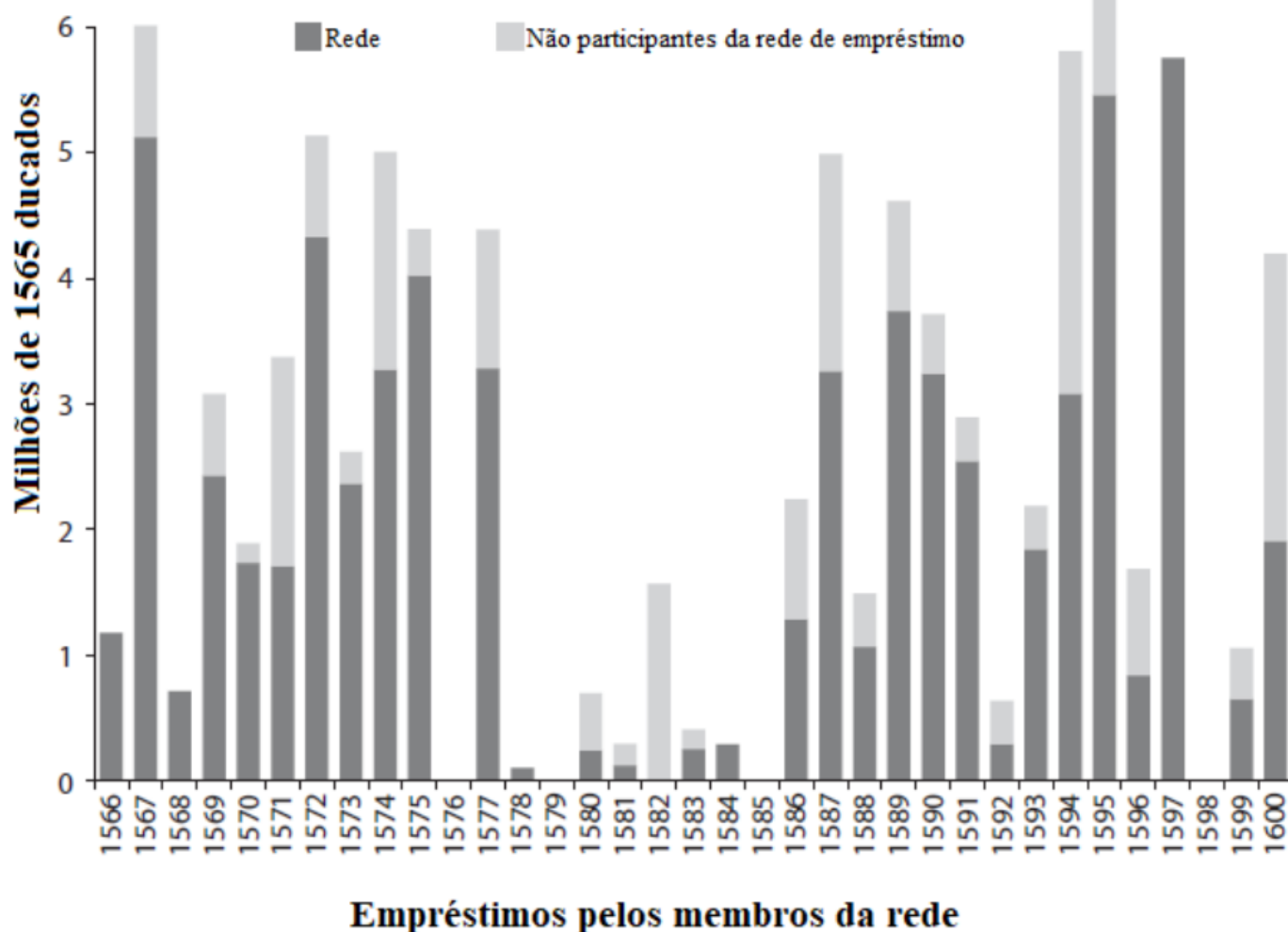
Os bancos genoveses perceberam a encruzilhada que poderia ocorrer a Felipe II. Documentos mostram uma rede de apoio entre os banqueiros, onde o suporte era mútuo. Praticamente quando ocorre a suspensão de pagamento pelo rei, nenhum banqueiro dessa rede fazia acordos paralelos ou nenhum outro empréstador entrou no mercado, agindo como “um só banco”, mesmo com tentativas da Coroa em trazer alguém para fora de “circulo”. Afinal, o soberano sempre teve que voltar para renegociar as dívidas, trazendo soluções justas de acordo com o contrato inicial, já que essa coalizão entre os banqueiros poderia negar meios de tomar emprestado e continuar suas campanhas pela Europa⁹⁹. Esse comportamento também é visto pela casa bancária de Fugger, de Augsburg. A correspondência entre os banqueiros genoveses e os Fugger sugere que o mecanismo “enganar o trapaceiro”¹⁰⁰ é causado pelo medo de que se eles continuassem a dar crédito ao rei enquanto este suspendeu os pagamentos aos banqueiros genoveses, eles seriam os próximos que não seriam pagos. Isso assegurou que os interesses do rei e dos banqueiros estivessem alinhados, e que as dívidas seriam pagas assim que os recursos estivessem disponíveis.

⁹⁷ DRELICHMAN & VOTH, *The Economic Journal*, P. 17-21.

⁹⁸ GRAEBER, 2016, P. 408-411.

⁹⁹ O exército de Felipe chegou a travar guerra em três fronts de uma única vez. GRAEBER, 2016, P. 404.

¹⁰⁰ KLETZER & WRIGHT, 2000, P. 621-639.



Fonte: Drelichman & Voth, 2014, P. 163

Algo relevante sobre o gráfico acima é que em 1582, não houve empréstimos de integrantes da rede, mas de fora, que foi principalmente dos Fugger, a família mais proeminente de fora da rede dos genoveses. É possível ver que era estável o empréstimo dos integrantes da rede, com cerca de 80% de todos o empréstimo e 67% após o colapso de 1575¹⁰¹.

Com a situação crítica, Felipe convocou as **Cortes** de Castela para votar em maiores impostos e criar um comitê, um pouco antes do default de 1575, que ficou conhecido como “Junta dos Presidentes” para discutir assuntos fiscais. As prioridades ficaram em encontrar novas fontes de receita, lidar com os banqueiros que estavam cobrando juros e fazer com que cessem, já que estavam exaurindo todos os recursos do tesouro e por fim, marcar uma nova data para a validade das dívidas. A Junta estimou que Felipe devia ao menos 35 milhões de ducados em empréstimos e que deviam ser reagendados, e propôs que as **Cortes** aumentassem a **alcabala**, mas ao mesmo tempo devolve a arrecadação para as principais cidades de Castela em troca de uma soma fixa

¹⁰¹ DRELICHMAN & VOTH, The Economic Journal, P. 26-30.

anual adiantada. As **Cortes** não descartaram essa proposta, mas exigiram uma série de concessões que foram negadas pelo monarca. O soberano recorreu então ao Ovando (1515-1575), que explicou os problemas fiscais do rei; a arrecadação era cerca de 6 milhões anuais e Felipe devia mais de 73 milhões de ducados, e estimou os compromissos tesouro em 1574 em quase 50 milhões de ducados. Ovando não recomendou que se diminuísse as despesas, “já que se não derrotasse os inimigos, eles nos derrotariam”, mas sim que aumentasse a **alcabala** assim como o confisco de todo o ouro e prata vindo da América. Para diminuir o pagamento de dívida, deveria ser diminuído todas as taxas de juros de todos os títulos do governo, assim como a emissão de um decreto de suspensão que congelaria os juros e o capital acumulado desde 1560. Todas as três manobras deveriam ser feitas simultaneamente¹⁰².

Os agentes tinham outra estratégia para forçar o rei a saldar as suas dívidas além de parar de emprestar, eles podiam parar de transferir os recursos do soberano para as suas frentes de batalha, o que poderia ser essa uma poderosa sanção econômica¹⁰³. Os genoveses deixaram de transferir fundos para o exército em Flandres após a falência de 1575¹⁰⁴.

Ano	Transferido	Ano	Transferido
1566	390,111	1572	434,248
1567	1,830,243	1573	925,937
1568	92,040	1574	1,479,735
1569	180,394	1575	1,610,422
1570	130,384	1576	889,988 ^a
1571	0	1577	1,192,933

Fonte: Drelichman & Voth, The Economic Journal, P. 22.

De fato, os genoveses utilizaram dessas duas sanções depois que o rei parou os pagamentos, mas alguns bancos de fora da rede continuaram a fornecer esse serviço de transferência. O soberano só deixou de fora de sua insolvência a família Fugger, que foi essencial para as transferências após 1575, além de continuar emprestando ao monarca. O que isso implica? Em 1576 aconteceu o saque da Antuérpia, uma cidade sob a própria jurisdição dos Habsburgos, que fragilizou a posição de Felipe na frente das Províncias Unidas, sendo que essa sanção poderia ter sido efetiva em fazer a faltas dos pagamentos dos soldados nessa região e tê-los feito se amotinarem. Isso poderia forçar o monarca retomar as negociações, mas essa hipótese se dá caso

¹⁰² PARKER, 2014 P.220-222.

¹⁰³ Em geral, a transferência de fundos para as frentes de batalha envolvia grandes riscos e também grandes possibilidades de ganhos cambiais.

¹⁰⁴ DRELICHMAN & VOTH, The Economic Journal, P. 22 e 26-30.

não houvesse transferências, mas a tabela acima afirma que isso não ocorreu, e que os exércitos não sofreram de falta de verbas. O exército de Felipe se amotinou 32 vezes durante o seu reinado, e os recursos transferidos mostram que os fundos enviados à frente eram suficientes para o pagamento dos soldados, levantando a hipótese de que o exército do monarca pudesse carecer de oficiais leais às ordens de Felipe, causando assim vários motins¹⁰⁵.

Na atualidade, ao menos entre os países e as suas relações, é possível ver a possibilidade de coalizões semelhantes o ocorrido com o Felipe II, como sanções comerciais ou até intervenções militares. Portanto, a moratória oportunista só poderia ocorrer se Felipe II tivesse outra opção para satisfazer as suas necessidades de financiamento, algo não possível durante o reinado do soberano, muitas vezes em decorrência da rede de banqueiros que se formou, se o monarca tivesse outra opção, a moratória oportunista seria possível e emprestar para ele não seria apenas economicamente irracional, mas também insensato, já que a média de inadimplência dele era de uma vez por década, o que seria evidência suficiente de um comportamento oportunista¹⁰⁶.

3.3.2. Clausulas dos contratos de *asientos*.

Algo bem questionável é a quantidade de banqueiros que emprestariam novamente a Felipe, mesmo após o grande default de 1575. Para compreender essa “irracionalidade”, podemos tomar como exemplo um contrato feito com os irmãos Maluenda, que emprestaram 349.464 ducados em 13 de julho de 1595. Nesse contrato, vemos o pagamento de acordo com certas condições, como:

- I. Pagamento de 75.000 ducados em novembro de 1595, vindos do tesouro da Coroa.
- II. Pagamento de 97.000 ducados, um mês após a chegada da próxima frota do tesouro, vindo das Índias Espanholas.
- III. Os dois primeiros pagamentos teriam acréscimo de 1% de juros simples ao mês após o de agosto.
- IV. Pagamento de 1.950 ducados em outubro de 1595, pelos custos da transação financeira.
- V. Pagamento de 177.000 ducados, um mês após a chegada da próxima frota do tesouro em 1596, acrescentados juros de 1% ao mês contabilizadas a partir de outubro de 1595 e adicionalmente 2% de juros em cima do montante total, para “outros custos”.

Se a frota de 1596 não conseguisse chegar em Sevilha, os banqueiros tinham a opção títulos de **juros** com o mesmo valor do pagamento previsto e com taxas máximas de juros de 7.14% ao ano¹⁰⁷.

Então chegamos ao impasse se os banqueiros ganhavam ao emprestar ao monarca ou não. Drelichman e Voth fizeram um estudo para ver a rentabilidade dos empréstimos bancários, como

¹⁰⁵ CONKLIN, 1998, P. 483-513.

¹⁰⁶ DRELICHMAN & VOTH, 2014, P. 35-37.

¹⁰⁷ DRELICHMAN & VOTH, 2014, P. 173-174.

o descrito acima. Primeiramente os dois detalharam informações dos contratos após a inadimplência, sabendo a quem o soberano deixou de pagar. Em segundo, os contratos são meticulosos em registrar o pagamento do soberano em contratos, como quando um empréstimo não fosse pago como o contrato original, teria uma compensação. Terceiro, quando os banqueiros ofereciam vários empréstimos consecutivos, era improvável que recebessem retornos muito abaixo de seu custo de oportunidade. Felipe podia desviar de duas maneiras do pagamento da dívida, o primeiro via atraso, em que seria remarcada a data de pagamento no contrato, que mesmo que o retorno não fosse tão alto quanto o proposto inicialmente, os banqueiros raramente perdiam o montante inicial e geralmente recebiam uma compensação em taxas de juros. A segunda maneira era via inadimplência, em que o monarca declarava falência e suspendia o pagamento de todos os empréstimos pendentes, que seriam renegociados com os banqueiros em um acordo geral, que especificava o montante e as taxas de juros. Pelos cálculos dos dois autores, a partir das premissas acima, a taxa média de retorno foi 4.43% acima da taxa dos **juros**, indicando que tiveram retornos além de seus custos de oportunidade, que seria a taxa de retorno dos **juros**, títulos super seguros e com quase nenhum risco¹⁰⁸.

3.3.3. Novas maneiras dos agentes de defenderem.

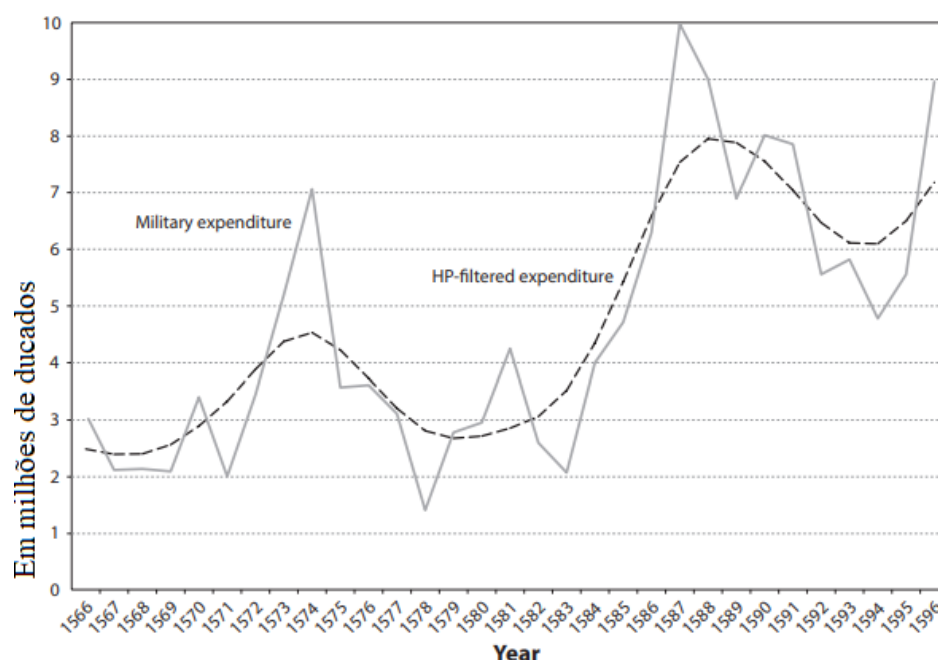
A maneira como o mercado de capitais dos bancos alemães se diferenciava em comparação com o dos bancos genoveses. Os bancos alemães trabalhavam do jeito “tradicional”, os Fugger, por exemplo, captavam com o suporte de seu patrimônio líquido e seu nome e depois emprestavam aos seus credores. A dívida dos Fugger (Cartas de Fugger, as obrigações emitidas pelo banco de Augsburg) era considerada quase livre de riscos. Quando começaram a ocorrer as inadimplências de Felipe II, os membros das famílias tiveram que colocar parte de suas fortunas no banco enquanto os genoveses trouxeram algumas inovações para o mercado de capitais, já passados das duas das quatro inadimplências do soberano: eles diminuíram os riscos, se alavancando, ou seja, não arriscavam mais as suas fortunas frente ao pagamento volátil da Coroa, vendendo seus títulos de dívida para investidores menores, como se fosse uma securitização, oferecendo parcelas desses títulos. Essa prática permitiu passar o risco para esses investidores menores, pois no caso de o rei cancelar os pagamentos, eram esses investidores menores que tomariam o prejuízo. Os genoveses também ganhavam na taxa da intermediação financeira, que ficava em cerca de 1%. Com isso, os genoveses alavancaram a sua rede de parceiros de negócio e sua capacidade de explorar mercados de capitais internacionais, com o risco sendo mitigado, os bancos menores comprando porções das dívidas de curto prazo, **asientos**, essas porções se tornam partes menores ainda para serem ofertadas em outros mercados, como em outras cidades italianas, no mercado de varejo e no mercado de câmbio. Com essa securitização, apenas quatro famílias tiveram exposição superior a 100.000 ducados, quando Felipe II não honrou a quantia de 14,6 milhões de ducados em 1575. O financiamento da Coroa espanhola se tornou um caso de

¹⁰⁸ DRELICHMAN & VOTH, 2014, P. 180-189.

financiamento multinacional, chegando a ter a capacidade de agregar valores modestos, onde pessoas com riqueza líquida menor também poderia investir nos **asientos**, sendo muito similar com a atualidade a maneira de se proteger dos riscos de inadimplência¹⁰⁹.

3.4. Sustentabilidade das dívidas.

Após ter uma visão sobre as cláusulas dos contratos de **asientos**, onde até de certa forma eram antecipadas violações dos contratos, podemos argumentar que as inadimplências ocorreram em casos excepcionais de choques exógenos e que não houve mudanças negativas significativas nas condições de empréstimos. Podemos ver que os contratos consideravam uma ampla gama de possibilidades e que ambas as partes já estavam cientes de que o reembolso do tratado inicial nem sempre era possível. As diferenças dos choques fariam o monarca agir diferentemente de acordo com as cláusulas dos contratos, ou ao invocar umas delas, ou ao viola-las em choques maiores. Repúdios das dívidas não foram vistos em nenhum momento das inadimplências.



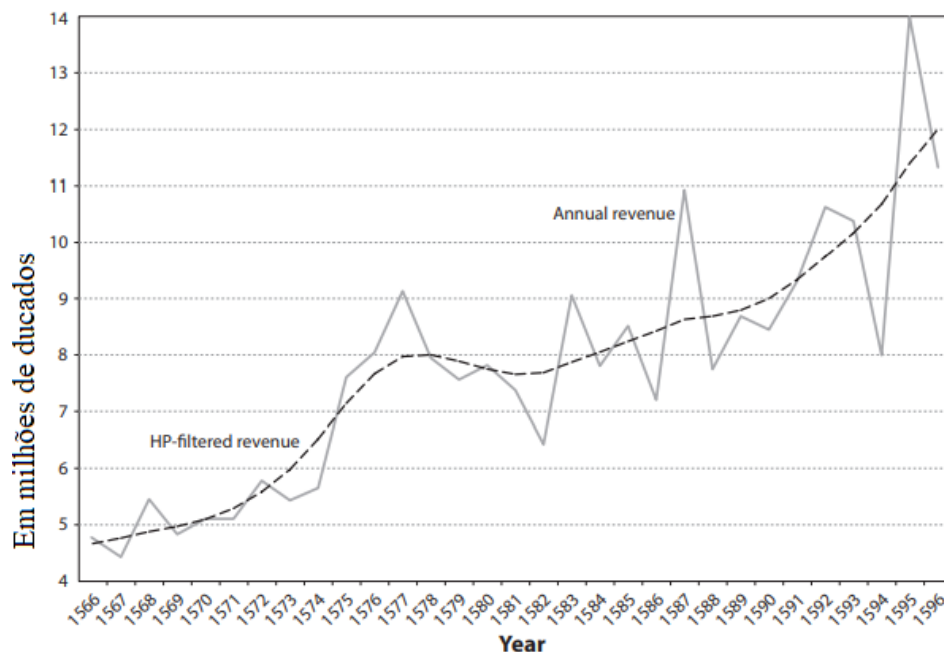
Gastos militares entre os anos de 1566-1596

Fonte: Drelichman & Voth, 2014. P. 231.

No gráfico acima, podemos constatar que as despesas militares variavam ano por ano, fluando para baixo e para cima. É possível perceber três picos: 1572-1575, 1587-1588 e 1596, que são reflexos da revolta nos Países Baixos, na “Armada Invencível” e a escalção da guerra contra os ingleses. Felipe cessou o pagamento em 2 de 3 desses eventos. Enquanto a revolta nos Países Baixos foi uma escolha política, cujo a evoluo para uma guerra de independência foi além da imaginao dos europeus e chegou a ter um gasto militar de 93% sobre todas as receitas

¹⁰⁹ DRELICHMAN & VOTH, 2014, P. 96-97.

da Coroa (sem conta os custos de dívidas) em 1574, a “Armada Invencível” foi planejada, não levando a uma inadimplência. Por fim, a escalção da guerra contra os ingleses foi iniciada por estes, sendo necessário um esforço de guerra muito grande pelos espanhóis.



Receitas da Coroa entre os anos de 1566-1596

Fonte: Drelichman & Voth, 2014. P.233.

Já nesse segundo gráfico, podemos ver que as receitas seguiam uma tendência crescente, mas sem flutuar tanto quando os gastos militares. Podemos ver que o monarca nunca suspendeu os pagamentos em tempos bons de receita, apenas em momentos que as receitas estavam muito abaixo e as despesas muito acima da tendência¹¹⁰.

¹¹⁰ DRELICHMAN & VOTH, 2014, P. 229-234.

CONCLUSÃO

Por muito tempo os banqueiros durante o governo de Felipe II da Espanha eram vistos com uma racionalidade reduzida, pois continuaram a emprestar ao monarca mesmo após os decretos de suspensão de pagamento de títulos, ao mesmo tempo em que era difícil cobrar essas dívidas do próprio monarca. De um outro lado, vemos até o monarca com uma certa apreensão para invadir a Inglaterra, exigindo uma garantia ao papa, já que isso exigiria ainda mais do seu tesouro exaurido, além de também se aconselhar sobre as possíveis dificuldades com Zúñiga. Os banqueiros esperavam riscos relacionados a uma possível inadimplência do rei, que foi avaliada em contratos de empréstimos, como a diferença de juros entre as suspensões de pagamento de 1560 e 1575. Os banqueiros também se protegeram de outras maneiras, como as inovações financeiras implantadas, como uma “securitização” dos títulos e também uma cooperação entre eles, onde todos agiriam da mesma maneira dentro de uma “teia”, como a não realização de serviços ao rei. Apesar disso tudo, Castela foi solvente durante todo o reinado de Felipe. Deve-se lembrar que o monarca não era absoluto, ele tinha restrições. Aumento de impostos e emissão de longo prazo exigiam consentimento das **Cortes**, sendo que Felipe nunca deixou de honrar os títulos de longo prazo. Dentre os títulos de curto prazo, que eram ancorados em outras receitas do soberano, não controladas pelas **Cortes**, como a remessa de prata da América, que em seu pico conseguiram responder por $\frac{1}{4}$ do total dos empréstimos, em Felipe só deixou de pagar pequena parte da dívida total. Baseado na capacidade do rei de pagar os seus débitos, se a Coroa fosse insolvente, seria totalmente irracional, entretanto, Castela passa em vários testes de sustentabilidade fiscal, conseguindo manter um superávit fiscal em quase todos os anos de reinado de Felipe, significando que a Coroa quase nunca teve que pedir emprestado para pagar juros, pagando a dívida com receita regular. À medida que a dívida aumentava, o superávit primário em média também aumentou. A prova final é que na época da morte de Felipe, a proporção dívida/receita estava praticamente inalterada desde do governo de Carlos I. Os problemas era os gastos irregulares, como campanhas militares adversas, que refletiu em iliquidez e não em um devedor insolvente. Retornando aos banqueiros, por que eles continuaram a emprestar a Felipe mesmo após as inadimplências e diminuição de juros dos títulos? Pois ainda não deixava de ser um bom negócio. Ao analisar os contratos de **asientos**, é possível ver que as perdas pelas inadimplências eram compensadas pelos retornos em tempos tranquilos. Os agentes não podiam prever totalmente choques negativos que estavam nas cláusulas dos contratos, como atraso das frotas de prata da América assim como abertura de frentes de guerra, mas que após os choques, os fluxos de pagamentos seriam retomados assim que possível¹¹¹. Um dos casos que ocorreu foi quando a frota de prata foi ameaçada por Drake um pouco antes da Armada Invencível partir, onde Felipe correu para protege-la. Um adendo importante a se dizer que, apesar de Felipe ter

¹¹¹ DRELICHMAN & VOTH, 2014, P. 273.

uma situação fiscal sustentável, a Espanha colecionou uma série de derrotas com o passar do tempo, como a Armada Invencível frente aos ingleses e a rebelião das Províncias Unidas que duraram 80 anos, com o cessar fogo de alguns anos (1609-1621). A racionalidade de Felipe fora posta em prática também em alguns momentos, mas mostrou-se que também não era irracional, em alguns momentos ele colocou políticas em práticas no intuito de melhorar o seu relacionamento com um país que seria não amigável com o seu ou até o momento que ele não teve escolha e teve que ir à guerra quando foi atacado pelos ingleses.

Felipe tinha duas alternativas em relação aos seus débitos: não honrar seus pagamentos, que haverias várias represálias vindas pela parte dos banqueiros ou ter uma situação fiscal estável e sustentável. A segunda opção mostrou ser a verdadeira no caso do monarca. Os banqueiros não faziam apenas o papel de prestador para Felipe, mas também ofereciam serviços que eram necessários para esse nas diferentes frentes de batalha. Se o soberano utilizasse de seu poder advindo de seu cargo, talvez ele pudesse ser inadimplente com os banqueiros, entretanto, talvez ele tivesse problemas para arranjar novos emprestadores, já que foi formada uma rede de banqueiros que agiam conjuntamente. A raiz das inadimplências não está na falta de recursos do monarca, mas sim da sua falta de liquidez em casos de choques exógenos, como aumentos de gastos com as campanhas militares e atrasos nas frotas vindas das Índias Espanholas. Felipe podia pagar as suas dívidas, mas sofria das variações de suas receitas, e sofria das suas limitações como monarca, como o aumento das tributações, que deveriam passar pelas **Cortes**. Comparada às outras grandes potências europeias de depois dos anos 1500, Castela tinha situação muitas vezes melhor do que as de outros países em seus tempos de auge, mostrando que não tinha exageros imperiais. Também não há evidências de efeitos danosos após cada suspensão de pagamentos, as receitas da Coroa aumentaram, mostrando que a capacidade produtiva não retrocedeu. Foi o poder imperial, incapaz de centralizar, simplificar e tributar de uma maneira mais eficiente, que foi crucial para o declínio político e econômico do império Habsburgo do ramo espanhol¹¹².

¹¹² DRELICHMAN & VOTH, 2014, P. 270.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREAU, Jean. **A economia romana era uma economia de mercado?**. PHOÏNIX, Rio de Janeiro, 21-22: 99-116, 2015.

_____. **Banking and Business in the Roman World**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

ARAGÃO, A. C. Teixeira de. **Descrição geral e historica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875. Citado como DGHM.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II.**- 2 vols. EDUSP, 2016.

_____. **Civilização Material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CAETANO DE SOUSA, António. **Historia Genealógica de la Real Casa Portuguesa**. Lisboa Occidental, na oficina de Joseph Antonio da Sylva, 1735.

CARLAN, Claudio Umpierre. **O Imaginário e a iconografia monetária**. Revista E. F.e H. da Antiguidade, Campinas, no 26, julho 12 2009/junho 2013.

CASTRO, Armando de. **O sistema monetário**. In: SARAIVA, José Hermano (dir.). História de Portugal, vol. 2. Lisboa: Alfa, 1983, p. 233-242.

CONKLIN, James. 1998. **The Theory of Sovereign Debt and Spain under Philip II**. Journal of Political Economy 106 3:483-513.

COUVREUR, Raúl da Costa. **Moeda espanhola e portuguesa: aditamento à nota sobre o marco na moeda de Castela e espanhola e na portuguesa**. Revista Broteria, vol. XL, Lisboa, 1945, p. 5-10.

_____. **Moeda portuguesa a espanhola. O marco na moeda de Castela e espanhola e na portuguesa**. Revista Broteria, vol. XXXVIII, Lisboa, 1944, p. 5-24.

DESAN, Christine. **Making money: coin, currency, and the coming of capitalism**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

DRELICHMAN, Maurício & VOTH, Hans-Joachim. **Lending to the borrower from hell – debt, taxes and default in the age of Philip II**. Princeton: Princeton University Press, 2014.

_____. **Risk Sharing with the Monarch: Contingent debt and excusable defaults in the age of Philip II, 1556-1598**. Working Paper Series. University of Zurich, Department of Economics, 2013.

_____. **European State Finance (1348 to 1700): Spain**. The University of Columbia and CIFAR, acessado em 25/06/2019 no link http://econ2017.sites.olt.ubc.ca/files/2013/05/pdf_bookchapter_mauricio-drelichman-european-state-finance.pdf.

_____. **Institutions and the Resource Curse in Early Modern Spain**. Publicado em Institutions and Economic Performance. Cambridge: Harvard University Press, 2008.

_____. **Duplications without Constraints: Alvarez Nogal and Chamley's Analysis of Debt Policy under Philip II**. Economic History Review, 2015.

_____. **Returns to Investing in Sovereign Debt: a Response to Alvarez Nogal and Chamley**. Paper, 2015.

_____. **FUNDING EMPIRE: RISK, DIVERSIFICATION AND THE UNDERWRITING OF EARLY MODERN SOVEREIGN LOANS**. Paper, 2011.

_____. **Lending to the borrower from hell – debt, taxes and default in the age of Philip II**. The Economic Journal, 2011.

ELLIOT, John Huxtable. **Spain, Europe and the Wider World**. Yale University Press, 2009.

_____. **A EUROPA DIVIDIDA**. Editorial Presença, 1968.

_____. **Espanã, Europa y el mundo de ultramar (1500-1800).** epublibre, 2019.

FERNANDES, Manuel Bernardo Lopes. **Memória das moedas correntes em Portugal, desde o tempo dos romanos até o anno de 1856.** Lisboa: Typ. da Academia, 1856.

GAIA, Deivid Valério. **Inopia Nummorum: uma leitura da crise financeira de 33 D.C. PHOÏNIX.** Rio de Janeiro, 2001.

_____. **CREDORES, DEVEDORES E OS PODERES PÚBLICOS EM ROMA DURANTE A GUERRA SOCIAL (91-88 a.C).** Revista poder cultura, 2016.

_____. **AS FINANÇAS PRIVADAS NA ROMA DE 64 D.C. PHOÏNIX RIO DE JANEIRO,** 16-1: 84-96, 2010.

_____. **Abundância de liquidez e crise financeira em Roma: questões jurídicas e econômicas em torno das taxas de juros na época de Augusto e de Tibério.** HISTÓRIA, São Paulo, 28 (2): 2009.

GARCÍA GUERRA, Elena Maria. **Las alteraciones monetarias en Europa durante la Edad Moderna.** Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2000.

GRAEBER, David. **DÍVIDA: OS PRIMEIROS 5.000 ANOS.** Três Estrelas, 2014.

HARRIS, W. V. **The Monetary Systems of the Greeks and Romans.** Oxford: Oxford University Press. 2008.

HOFFMAN, Philip & NORBERG, Kathryn. **Fiscal Crises, Liberty, and Representative Government 1450–1789.** Stanford: Stanford University Press, 1994.

JAEGER, Clemens. **O livro secreto de honras da família Fugger.** Recuperado em 2009.

KATSARI, Constantina. **The Roman Monetary System.** Cambridge: Cambridge University Press. 2011.

KAY, Philip. **Rome's Economic Revolution.** Oxford: Oxford University Press. 2014.

KLETZER, Kenneth M & WRIGHT, Brian D. **Sovereign Debt as Intertemporal Barter**. American Economic Review, 2000.

KNECHT, Robert Jean. **The French Wars of Religion 1559-1598**. Osprey Publishing, 2002.

LE GOFF, Jacques. **A Bolsa e a vida: Economia e religião na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **A Idade Média e o Dinheiro – ensaio de antropologia histórica**. São Paulo: José Olympio, 2015.

LOMAX, Derek William. **The reconquest of Spain**. Cambridge University Press, 1978.

OLIVIERI, Fillipo Lourenço. **As moedas Celtas na Gália**. PHOÏNIX RIO DE JANEIRO, 19-1: 64-76, 2013.

PARKER, Geoffrey. **Military Revolution: Military Innovation and the Rise of the West, 1500–1800**. Cambridge University Press, 1988.

_____. **Imprudent King, a New Life of Philip II**. Yale University Press, 2014.

_____. **The Army of Flanders and the Spanish Road 1567-1659. The Logistics of Spanish Victory and Defeat in the Low Countries' War**. Cambridge University Press, 1972.

PORTER, Linda. **Mary Tudor: The first Queen**. Hachette Digital, 2007.

PUJOL, Xavier Gil. **Centralismo e Localismo? Sobre as Relações Políticas e Culturais entre Capital e Territórios nas Monarquias Europeias dos Séculos XVI e XVII**. Penélope: Fazer e desfazer a história, nº 6, 1991.

SCHEIDEL, Walter. **The Cambridge Companion to the Roman Economy**. Cambridge: Cambridge University Press. 2012.

SPUFFORD, Peter. **Money and its use in medieval Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

STASAVAGE, David. **PUBLIC DEBT AND THE BIRTH OF THE DEMOCRATIC STATE: France and Great Britain, 1688-1789**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

TEPASKE, John Jay. **A new world of gold and silver**. Leiden: Brill, 2010.

T'HART, Marjolein. **The Making of a Bourgeois State: War, Politics, and Finance during the Dutch Revolt**. Manchester: Manchester University Press, 1993.

VAZ, J. Ferraro. **Numerária medieval portuguesa: preço da amoedação e valor intrínseco dos dinheiros**. Nummus (Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática), n. 8-10, Braga, 1955, p. 3-10.

VILAR, Pierre. **Ouro e moeda na história (1450-1920)**. Rio de Janeiro: Paz Terra, 1980.